Janeiro/Fevereiro 94
Ano IV
Nº14
Directora: **Teresa A. Gomes**
Director-Adjunto: **Tiago Maranhão**

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE — JORNAIS — COIMBRA

A CABRA

Jornal Universitário de Coimbra

10 Anos de Secção de Jornalismo

10 Anos de histórias de encontros e desencontros, de pequenas vitórias e pequenos fracassos, de grandes alegrias e grandes ansiedades.

pgs. 11-13

PROPINAS

Com o boicote ao pagamento em curso, a questão das propinas mantém-se em aberto. A luta é cada vez mais uma prova de resistência, mas também de auto-confiança.

pgs. 2-4

DESPORTO

A remodelação da piscina de Sta. Clara ainda está longe, apesar dos esforços da Secção de Desportos Náuticos da AAC, no sentido de a transformar num posto de treinos.

pgs. 22-23

CULTURA

"A Cabra" foi ao cinema ver o novo filme de Martin Scorsese -"A Idade da Inocência"- e conta o que viu das "Histórias do Cinema".

pgs. 20-21

LIQUIDAÇÃO TOTAL

telefone em carta ao jornal n.o 4229

JOVEM que tensidade os em serviço de sam-se. Entr ra, Rua Rodrigues, 11, das 16-20 - Coimbra

JOVEM queres ganhar! Telefona a marcar entrevista com o gerente zonas de Coimbra e arredores. Telf. 039-34199-24718 - Coimbra

JOVENS Estudantes (M/F), com 4h/dia, disponibilidade, admitem-se, trabalho aliciante e qualificado. Remuneração elevada. Candidaturas pelo telf. 039-27725 - Coimbra

JOVENS com disponibilidade das 10.30 às 22h, com mais 18 anos, 9º ano escolaridade precisam-se para trabalho qualificado. Marque entrevista pelos telfs. 039-701233-713365 - Coimbra

comercial, aluga-se. Contac-

GARAGEM aluga-se, zona Celas. Telf. 039-723817 - Coimbra

GARAGEM/Armazém, 230 m2, aluga-se em Coimbra. Telf. 074-62141/63316

LIVRARIA, Direcção Geral da A.A.C. aceita propostas de concessão. Telf. 039-23072 - Coimbra

QUINTINHA com casa com 2 assoalhadas e garagem, a 5 minutos de Condeixa, aluga-se. Telf. 039-941178 - Coimbra

SALAS para escritório ou consultório, com 16m2, 15m2 e outra com 12m2, hall, 2wc comuns e arrumos, no centro da Vila de Soure, aluga-se. Contactar telf. 039-59660-59676 - Coimbra

EMPREGADO de mesa co precisa ca rma no local

O, pastelari n alguma pr tica, idade até 18 anos. Tel 039-941231 - Coimbra

EMPREGADO/A, precisa se para serviço de balcão mesas, com prática. Restaurante Universal, R. do Mercado telf. 039-991421, 3.20 Lousã

EMPREGADO/Aprendi precisa-se. Contactar Aven da Sá da Bandeira, 89 Coimbra

EMPREGADA escritóri com conhecimentos contabilidade e computador ,prec sa-se Contactar local, Pierrot, Bairro Nortop d Matos - Coimbra

TÉCNICO de refrigeraçã

A Direcão Geral decidiu arrumar a casa...
Em Fevereiro a livraria da AAC encerra as suas portas, depois de 17 anos de funcionamento no mesmo local.

pg. 5

A Luta Continua?

Após um período de guerra aberta entre estudantes e Ministério da Educação, com um escaldante mês de Novembro em que a contestação à Lei 20/92 atingiu proporções inéditas, o conflito parece agora arrastar-se em lume brando, adivinhando-se, porém, novos focos de tensão -já visíveis com a aprovação maioritária de um boicote ao pagamento das propinas, na Academia de Coimbra-, não obstante as propostas de alteração à lei apresentadas pela Ministra da Educação e pelo grupo parlamentar do PSD, recentemente aprovadas.Com efeito, a lógica incontornável do poder parece impôr-se: modificar o necessário para que tudo possa continuar na mesma.

No seguimento do veto presidencial ao DL regulamentador da lei das propinas, houve um nítido retomar do debate e sucederam-se as tentativas de procura de soluções.

Em finais do passado mês de Dezembro, o Tribunal Constitucional (TC) proferiu a tão esperada decisão acerca da validade da Lei nº 20/92, de 14/08, mais conhecida por "lei das propinas". Escassas 24 horas após a leitura do acórdão que declarava a conformidade do essencial da lei com a Constituição (CRP), o Presidente da República vetava o decreto-lei de regulamentação e de alteração da lei 20/92. Lembre-se que o diploma vetado por Mário Soares e enviado para discussão na Assembleia da República (AR), em sede de comissão parlamentar de Educação, estivera na origem do aumento de contestação à política educativa, quando o anterior ministro Couto dos Santos introduzira modificações reais à lei 20/92, sem quaisquer veleidades de consulta às associações de estudantes e, portanto, ao arrepio de legislação específica nesta matéria.

O TC aceitou assim a validade de um princípio de existência e de actualização das propinas no ensino superior público, ainda que para tal tenha recorrido ao discutível argumento de invocar uma lei de 1941 (que fixara pela última vez as propinas universitárias), anterior à CRP de 1976, cujo artigo 74º,nº3, al. e), se manteve rigorosamente inalterado, ao cabo das revisões constitucionais de 1982 e 1989.

Ora, sendo possível interpretar este preceito, na sua redacção actual, como inconciliável com uma actualização das propinas -enquanto "imposição constitucional permanente", na linguagem dos constitucionalistas-, seria profundamente incoerente, no plano jurídico-constitucional, recorrer a uma lei anterior a 25 de Abril de 1974 para fundamentar as opções do legislador actual. A não ser assim, aqui fica a interrogação: porque motivos não sofreu a referida norma qualquer alteração de redacção em nenhuma das revisões constitucionais já realizadas?

Para além do complexo problema da constitucionalidade, mesmo alguns defensores de uma ideia de justiça comutativa (partilha de custos entre o Estado e os cidadãos, devendo estes pagar o bem ou o serviço consoante as suas possibilidades económicas), têm a honestidade de reconhecer que a conexão deste sistema de propinas com as declarações de rendimentos distorce por completo a tão propalada "justiça social". De facto, a partir do momento em que se utiliza como critério de escalonamento dos montantes devidos um IRS que penaliza fortemente os trabalhadores por conta de outrem, está a abrir-se caminho à violação do princípio da igualdade, como resulta do art. 13º da CRP: ninguém pode ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, entre outros motivos, em razão de "situação económica ou condição social".

Estas e outras dúvidas e preocupações mostram que os aspectos gravosos desta lei teimam em subsistir, apesar do paliativo sugerido por Manuela Ferreira Leite, no sentido de pôr um maior número de estudantes a pagar propinas, embora de valor mais baixo.

As propinas seguem dentro de momentos

No seguimento do veto presidencial ao DL regulamentador da lei das propinas, houve um nítido retomar do debate e sucederam-se as tentativas de procura de soluções.O eixo da luta deslocou-se, até ver, da rua para as comissões, audiências e reuniões, esbatendo-se assim um pouco do clima de confrontação que, por circunstâncias várias, dominara os acontecimentos no final do ano transacto.

Assim, o Encontro Nacional de Dirigentes Associativos (ENDA) realizado em Vila Real, no fim de semana de 8 e 9 de Janeiro, caracterizou-se por uma atmosfera de nova divisão nas hostes estudantis, com as academias do Minho e do Porto -as mais inclinadas para a aceitação da propina única-, claramente sensibilizadas pelos argumentos da Ministra da Educação. No pólo oposto, Lisboa e Coimbra não simpatizam com a solução da propina única e reclamam um debate sério e profundo sobre o financiamento do ensino superior. Em audiência com o presidente da comissão parlamentar de Educação, no passado dia 11 de Janeiro, os dirigentes destas academias defenderam, à semelhança de alguns países, um sistema de empréstimos aos estudantes universitários, liquidáveis no final do curso.

Por seu turno, o Conselho Nacional de Educação (CNE), mostrou-se céptico em relação às alterações em discussão, tendo o seu presidente anunciado recentemente a preparação de um trabalho de fundo sobre as políticas de financiamento do ensino superior.O autor do parecer do CNE sobre o ensino superior, Mariano Gago, afirmou há dias que nenhum país da Europa exige, actualmente, aos estudantes, mais do que uma contribuição simbólica para os custos do ensino.

Entretanto, o "Público" de 15 de Janeiro último noticiava que a Ministra da Educação pretende aumentar a contribuição dos estudantes para as universidades, neste ano, em cerca de um milhão de contos. Neste sentido, "os cerca de cem mil estudantes das universidades públicas irão pagar propinas que, juntas no bolo final, representam quase um milhão de contos mais do que seria cobrado caso se mantivessem os actuais escalões e valores estabelecidos pela lei 20/92."

De acordo com o mesmo jornal, à estimativa de uma propina média de 90 contos e de um total arrecadado pelas universidades de 2,86 milhões de contos no ano lectivo de 93/94, corresponderia, na hipótese de redução dos escalões e da propina única, proposta pela Ministra, uma previsão de um total arrecadado de 3,8 milhões de contos no mesmo ano lectivo. Manuela Ferreira Leite tentaria marcar pontos ao baixar a propina média de 90 contos para 34.700$00 (exigida a cerca de 60% dos alunos), embora alargando o número de pagantes. Aí está uma ideia que parece vir reforçar os argumentos de todos aqueles que denunciam a desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior.

No dia 18 de Janeiro, o grupo parlamentar do PSD entregava à Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR , para votação, uma proposta de alteração à lei 20/92, que revogava parte considerável da mesma, vindo a ser aprovada na especialidade. À hora de fecho desta edição, era já conhecido o resultado, aliás previsível, da votação da proposta na AR, em sessão plenária. Com os votos favoráveis do PSD e os votos contra de toda a oposição, foi aprovada uma lei praticamente nova, que aguarda apenas promulgação e publicação no DR. Facto que não deixará certamente de causar polémica nos bastidores políticos, será a tentativa frustrada de abstenção de voto dos deputados da JSD, sendo do conhecimento público o jogo de avanços e recuos que mantiveram em relação às propostas da Ministra.

No articulado proposto e ora aprovado, as propinas são definidas como receitas próprias das instituições universitárias e politécnicas, a afectar à prossecução de acções que visem a melhoria da qualidade de ensino (art. 1º). Por outro lado, preenche-se a inacreditável lacuna do legislador (ver art.10º da lei 20/92), que se esquecera por completo de mencionar a entidade competente para fiscalizar o regime de propinas no ensino superior público.Tal tarefa, sabe-se agora, ficará a cargo da Inspecção Geral da Educação.

Grave omissão do texto final -que provocou mesmo a discordância dos deputados da JSD-, é o facto de nada se prever quanto ao regime de reduções, nos casos de agregados familiares com mais de um filho a estudar no ensino superior público. Agora, o esquema parece ser o seguinte: a minoria de ricos paga na totalidade; a maioria, correspondente à classe média, paga metade; os bolseiros ficam isentos, por determinação expressa (art. 2º/1 da proposta).

Como se esperava, foi acatada a decisão do TC, no sentido de se impedir que o montante das propinas ultrapasse os limites mínimo e máximo de 20 a 25% do resultado da divisão das despesas de funcionamento das instituições universitárias ou politécnicas, pelo número total de alunos inscritos. Por outro lado, como inovação, excluem-se do âmbito das despesas de funcionamento as relativas às despesas de vencimento para o pessoal da carreira docente de investigação que não exerça actividades docentes.

Finalmente, prevê-se, no leque das sanções, a "caducidade" da inscrição no correspondente ano lectivo, na hipótese de não pagamento da propina e a "nulidade da inscrição" quando sejam prestadas falsas declarações. Sublinhe-se que, nos termos gerais, as modificações aprovadas não podem ter efeitos retroactivos, pelo que em nada afectam a situação correspondente ao ano lectivo de 1992/93.

Pedro Lopes Dias

Continua na página seguinte>>

OPINIÃO

>> *Continuação da página anterior*

Referendo
(tabela de resultados)

Até ao Fim...

Nos dias 17 e 18 do mês corrente realizou-se na AAC uma Assembleia Magna de Voto/referendo, com o fim de verificar se os estudantes estão ou não dispostos a continuar a boicote ao pagamento das propinas.

Houve um total de 4685 votos, o que num universo eleitoral de cerca de 18000 estudantes inscritos, significa uma adesão de 26%.

A grande maioria (76,9%) votou a favor da continuação do boicote, sendo de realçar a identidade de opiniões entre isentos e não isentos. Entre os não isentos, a Comissão Eleitoral optou por não discriminar entre os que já tinham pago e os que ainda não o tinham feito, pois a confusa formulação do boletim de voto, que continha questões diferentes dependendo da situação do votante, terá levado a que muitos se tenham enganado no quadrado onde preencheram a cruz. Formulação confusa essa que também terá provocado o anormal número de votos nulos registados.

Ao todo, houve 1349 não isentos a pronunciar-se a favor da continuação do boicote, o que, juntando aos 2254 isentos, perfaz mais de 3/4 dos votantes, sendo por isso de prever que o boicote vá em frente.

Vejamos pois aquilo que se segue ao dia 21:

Provavelmente, o Magnífico Reitor prorrogará o prazo de pagamento das propinas. Se no final desse prazo o boicote persistir, será movido a cada um dos não pagantes um processo individual de contra-ordenação pela Inspecção Geral do Ensino que resultará na proposta ao Sr. Reitor de uma sanção que, segundo a DG/AAC, não há-de ultrapassar os 5 contos, embora esteja previsto na lei poder estender-se até aos 50.000 escudos. Só se então o aluno continuar a insistir em não pagar a propina -agora já agravada com a multa- é que pode incorrer no risco de ver a sua matrícula anulada. Sobre o que acontecerá nessa fase da contestação, a DG/AAC prefere não se pronunciar, esperando para ver o número de não pagantes que resistirão até lá.

J.L.Queirós

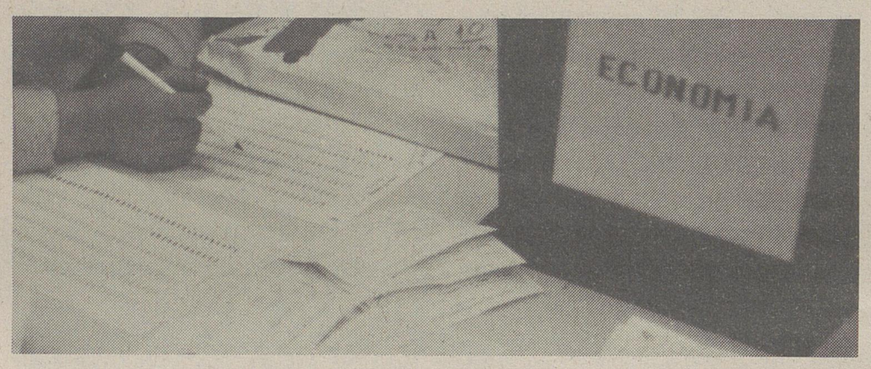
Fotos: Instituto Superior Técnico de Lisboa

Ao fim de 2 anos de contestação e luta activa contra a já histórica e substituída lei 20/92, o desgaste começa a ser bem patente nas hostes estudantis coimbrãs, como o demonstrou a fraca adesão à Assembleia Magna do passado dia 13, e como demonstram, na nossa opinião e ao contrário da optimista interpretação da DG/AAC, os resultados do referendo realizado nos dias 17 e 18 do corrente mês.

Mas analisemos esses resultados: entraram 4685 votos nas urnas. "É uma percentagem de votação normal atendendo à época de exames", diz-nos a DG/AAC em comunicado. Mas se realmente a adesão às urnas não foi tão baixa como alguns chegaram a temer, não se pode considerar lá muito reconfortante o facto de, num referendo que durou dois dias e tinha mesas de voto em todas as Faculdades e na própria Associação, apenas 1/4 dos nossos colegas se terem dado ao trabalho de participar. Outra peculiariadade desta AM de Voto é o facto do número de isentos a votar ter sido quase o dobro do de não isentos, teoricamente os mais interessados neste escrutínio. Ajuda-nos a explicar o acontecido a reconhecida elevada participação de caloiros (que votaram como isentos, pois, segundo a DG/AAC, estão realmente isentos de pagar as propinas 92/93. Aliás o resto do país também está...), exactamente aqueles que estão mais frescos, pois não acusam o desgaste dos últimos dois anos de luta.

Mas aquilo que deveria ser realmente preocupante para a DG/AAC é o facto que dos "mais de 6000 estudantes que têm que pagar propinas e ainda não o fizeram" -que a DG disse haver na AM de 13 de Janeiro -apenas pouco mais de uma milhena tenham ido às urnas afirmar a sua disposição em continuar o boicote. É verdade que foram poucos os que expressaram o desejo de quererem baixar os braços, mas será que os quase 5000 que faltam estarão assim tão indefectivelmente dispostos a levar o boicote até ao fim, se nem ao trabalho de irem votar se dão?

E por muito que a DG/AAC tente escamotear o escasso número de não pagantes que se deslocaram às urnas, desculpando-se com a "confusa" formulação do boletim dos não isentos (formulação que por acaso até foi feita pela própria DG/AAC), fica sempre a questão de sabe se os estudantes que estarão dispostos a levar o boicote até ao fim terão ficado mais tranquilos com os resultados deste referendo.



Bem, a DG/AAC pensa que sim. E o facto é que, tranquilos ou não, o mais natural é que um significativo número de estudantes continuem o boicote. Até quando? Provavelmente até que o risco de se ver a matrícula anulada seja real, o que ainda demorará alguns meses. Até lá a luta continuará, e, mesmo depois, "há sempre outras formas de contestação", segundo a DG/AAC.

Parece hoje inevitável que, mais cedo ou mais tarde, os estudantes realmente paguem propinas, mas a DG/AAC e grande parte da AAC continuarão a tentar evitar esse inevitável até ao fim - uma luta que pode parecer não ter sentido, mas que é sempre correcta e necessária, pois ainda achamos que somos nós quem tem razão!

J.L.Queirós

MESAS	ISENTOS		NÃO ISENTOS			
	Sim	Não	Sim	Não	Brancos	Nulos *
Psicologia	151	26	86	20	4	19/12
Economia	224	53	167	50	5	30/18
Farmácia	127	38	79	25	3	16/9
Direito	332	64	205	60	1	82/48
Letras	437	67	164	28	3	35/21
Medicina	166	28	121	38	3	25/15
FCTUC						
Dep. Matemática	93	17	88	11	1	21/13
Dep. Química	172	16	89	14	0	34/25
Dep. Física	190	30	111	15	0	27/22
Dep. Geologia	130	34	113	21	0	10/7
Colégio das Artes	232	34	138	16	0	63/44
Total	2254	407	1349	293	20	362/234
%	84,7	15,3	82,1	17,9		

*** Casos de votantes que, por provável engano, votaram 2 vezes no sim no cartão de não isentos**

Totais:

Sim: 3603 -76,9% Não: 700 -14,9% Brancos: 20 -0,4% Nulos: 362 -7,8%

LIQUIDAÇÃO TOTAL

Depois da concessão do bar chegou a vez da livraria. Só que desta vez o processo não foi pacífico. A D. Lídia e a D. Manuela vão ter que abandonar o edifício da AAC... dezassete anos depois de cá terem chegado.

Começou por ser um posto de vendas da Cooperativa UNITAS (cooperativa muito importante na contestação à ditadura). Chegou à AAC em 1976 e ocupava, juntamente com a papelaria, o espaço onde está o Bar. A Cooperativa pagava uma renda de 5.000$00/mês. No princípio da década de oitenta, e na sequência de um litígio com a DG/AAC da época, passou para as actuais instalações junto ao mini-auditório e viu a renda aumentada para 10.000$00. O pagamento da renda era efectuado anualmente, em Março, renovando automaticamente o contrato de arrendamento da livraria. Isto até 1983, ano em que o contrato foi interrompido. Segundo a D. Lídia Freitas, o que se passou foi o reconhecimento da utilidade do serviço que era prestado (10% de desconto sobre o preço de capa), não fazendo sentido que a DG/AAC onerasse a Cooperativa com uma renda.

Entretanto a UNITAS foi-se extinguindo gradualmente. Sucessivos erros de gestão e um desinteresse da maioria dos estudantes levaram a isso. Naturalmente a livraria ressentiu-se desse facto estando prestes a fechar. Colocou-se então a possibilidade de a AAC criar uma Livraria própria, ideia imediatamente abandonada uma vez que o investimento inicial era demasiado elevado. O que se fez, na altura, foi autorizar a D. Lídia a utilizar o número de contribuinte da AAC, contornando-se desta forma o problema do investimento inicial pois mantinha-se a livraria existente, na condição de seis meses depois a DG/AAC a assumir como sua, expectativa que se manteve até Maio do ano transacto. Nesta altura a DG/AAC enviou uma carta às duas senhoras actualmente encarregues daquele espaço, no sentido de regularizarem a situação sob pena de terem que o abandonar.

Em 6 de Setembro passado, surgiu um anúncio no jornal Diário de Coimbra propondo a concessão de uma livraria. Estávamos em plenas férias de Verão e este anúncio surpreendeu a D. Manuela que era quem estava de serviço na altura. Dirigindo-se de imediato à DG/AAC "foi-me dito que não tivessemos problemas, porque nos davam conhecimento de tudo quanto se fosse passando. Além do mais, teríamos sempre o espaço, porque estávamos aqui há 17 anos, mas precisavam de dinheiro, precisavam que a livraria se expandisse, que fosse para um espaço decente e que quando lhes aparecesse uma proposta que realmente lhes interessasse nos comunicavam". Ainda assim decidiram não encomendar livros.

A situação prolonga-se até 20 de Outubro, altura em que lhes foi sugerido que apresentassem uma proposta de concessão para os próximos três anos, o que fizeram. Assim, propunham-se pagar uma mensalidade de 60.000$, mudar-se para o r/c, reformular o espaço actualmente ocupado pela secretaria da AAC onde ficará a nova livraria e manter os actuais descontos de capa (10% do preço de venda ao público).

Não houve qualquer resposta até 17 de Dezembro (sexta-feira). Nesse dia, António Vigário chamou-as à sua sala e informou-as que a proposta que tinham apresentado ficava bastante abaixo da melhor proposta que tinha recebido até ali. Esta contemplava uma mensalidade de 105.000$ (com o pagamento imediato das primeiras quatro mensalidades), assumir o encargo das obras de remodelação da secretaria bem como do novo espaço para esta e finalmente editar todos os anos o texto vencedor de um concurso literário que será promovido pela AAC, num mínimo de mil exemplares.

Perante os termos apresentados, a D. Lídia pediu o prazo de 21 de Dezembro (terça-feira) para dar uma resposta definitiva, ao que lhe foi respondido que a resposta deveria ser dada, impreterivelmente, até o dia 20. Restava o fim-de-semana para tomar uma decisão. Apesar de terem pouco tempo ainda conseguiram garantir o apoio da Tipografia Lousanense, para que se pudesse imprimir o livro imposto pelo contrato, a promessa de uma consignação da LIDEL e o alargamento dos prazos de pagamento dos livros da editora Mc Graw Hill. Além disto ainda deram início ao processo de formação de uma sociedade na manhã de segunda-feira.

"ESTÁ DECIDIDO"

Chegada a segunda-feira dirigiram-se ao presidente da DG/AAC que lhes disse estar tomada a decisão de entregar a concessão da livraria à Coimbra Editora. "Pedi-lhe uma explicação e ele diz-me que não quer falar, que já está decidido", conta indignada a D. Lídia. Instado a comentar, António Vigário afirmou-nos que a decisão que tomou se baseou na falta de garantias financeiras e de cumprimento do contrato dadas pelas duas senhoras. Lembrou-nos também que não há qualquer vínculo contratual entre a AAC e elas (pois desde 1983 a DG/AAC não recebia qualquer renda) e que a livraria agora criada vai melhorar em muito o serviço ao estudante pois, a par dos descontos de 10% no preço de capa, os livros da Coimbra Editora terão um desconto de 15%, além de que esta se obriga a fazer promoções especiais para certos livros.

Perguntámos ainda ao presidente da DG/AAC porque é que não se adoptou um procedimento idêntico ao tomado por altura da concessão do bar, em que houve o cuidado de salvaguardar os postos de trabalho, ao que nos respondeu que a D. Lídia e a D. Manuela não estão vinculadas à AAC pelo que não fazia sentido onerar o contrato com a Coimbra Editora com esse encargo.

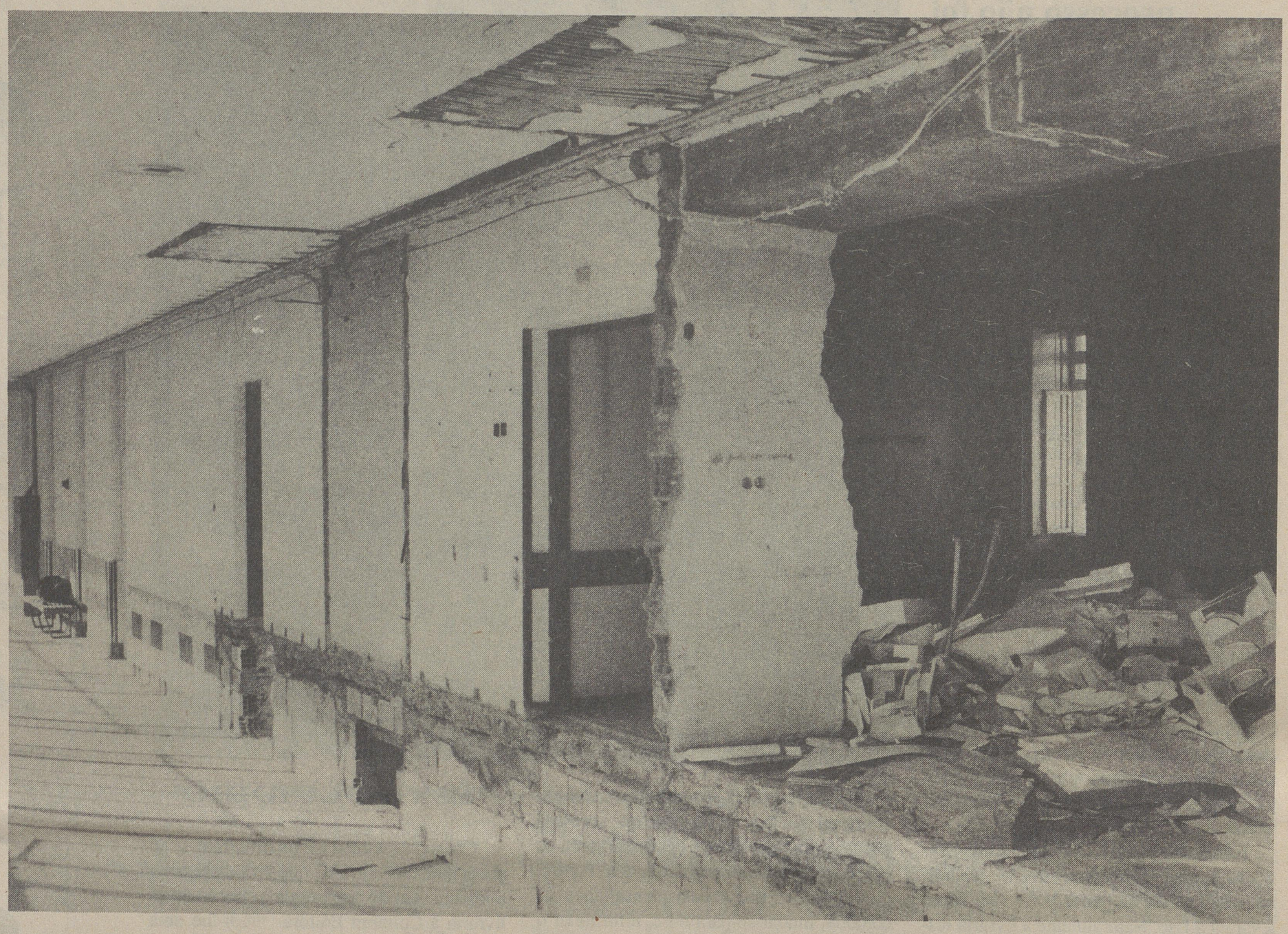
"Isto é maneira de nos tratarem? Nós aceitámos todas as exigências. Os editores estavam dispostos a ajudarem-nos. Os viajantes também. Está-se a acabar com um espaço que dentro do possível, porque isto é mesmo uma capoeira, servia o estudante. É esta deslealdade e esta falta de palavra que me fazem crer que há outro tipo de pressões..."

Texto: Tiago Maranhão
Foto: Sónia Pinela

ARQUITONTURAS

Já imaginaram uma cidade universitária sem um curso de artes, nomeadamente de arquitectura? Um perfeito disparate...

Pois é, não havia. Mas já há! À custa de muito suor, muita força, muito trabalho...



Crónica Labiríntica sobre um Curso

Texto: Marisa Ferreira
Sandy Gageiro
Foto: Sónia Pinela

Tudo principiou na década de 60, altura em que Coimbra possuía uma escola de artes (sobrevivente até hoje), a ARCA. Começaram a engendrar-se ideias acerca de uma faculdade artística na Universidade de Coimbra. Contudo, só em 1988 o curso de Arquitectura recebeu o pontapé de saída.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra foi a feliz congratulada com os fresquinhos caloiros que deram entrada na Academia coimbrã.

Quando os alunos chegaram ao seu primeiro ano, mantinha-se o problema do espaço.

Durante um congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses, no final do primeiro ano da licenciatura, discutiu-se, entre outros pontos, o funcionamento do curso, uma vez que o currículo era desadequado, o que suscitou a atenção da Universidade de Coimbra para a reformulação deste.

No 2º ano (1989/90), entra em vigor uma Comissão Instaladora que integrava os responsáveis máximos da Faculdade de Arquitectura do Porto.

Os alunos, já habituados a mudanças aos pinguinhos, vão ocupando gradualmente salas do Colégio das Artes, local que ainda hoje é ocupado. E como nem tudo são rosas, os alunos, "já" no 3º ano (1990/91), irrompem com queixas, inconformismos, insatisfação, pois com as condições existentes o curso não teria o reconhecimento desejado. Veio então a boa notícia de que Fernando Távora, professor no Porto, tinha sido convidado para leccionar em Coimbra.

Em Dezembro, começam a elaborar um novo plano de estudos que passa a vigorar a partir de Abril do ano seguinte (1991), ano em que Fernando Távora foi um membro activo, na medida em que trouxe pessoas de reconhecido prestígio para o curso.

Estabilidade de pouca dura, pois começam a chover os problemas burocráticos, falta de espaço, falta de diálogo, falta de empenho da própria instituição e... problemas orçamentais.

Vocês sabem o que é um professor estar sete meses sem dinheiro por problemas de organização burocrática? Pois é, nem queiram...

Mas não acaba aqui a "via sacra"... A nível administrativo, no departamento de Arquitectura, não houve funcionários efectivos -as posições de coordenação foram assumidas por pessoas pagas por recibos verdes. Durante longos meses houve um descalabro organizacional: nesse período, o Conselho Directivo tinha disponibilizado uma verba para os eventuais (?!!) problemas de manutenção do edifício, mas nem o departamento nem a comissão de curso tiveram capacidade para comunicar quais os problemas concretos que existiam (por exemplo, chovia dentro de algumas salas).

Agora, digam a verdade! Acham as vossas aulas monótonas? São pouco paisagísticas? E sentem-se isolados? Querem mesmo mudar o ambiente taciturno das vossas aulas?

Então, apresentamo-vos um convite:

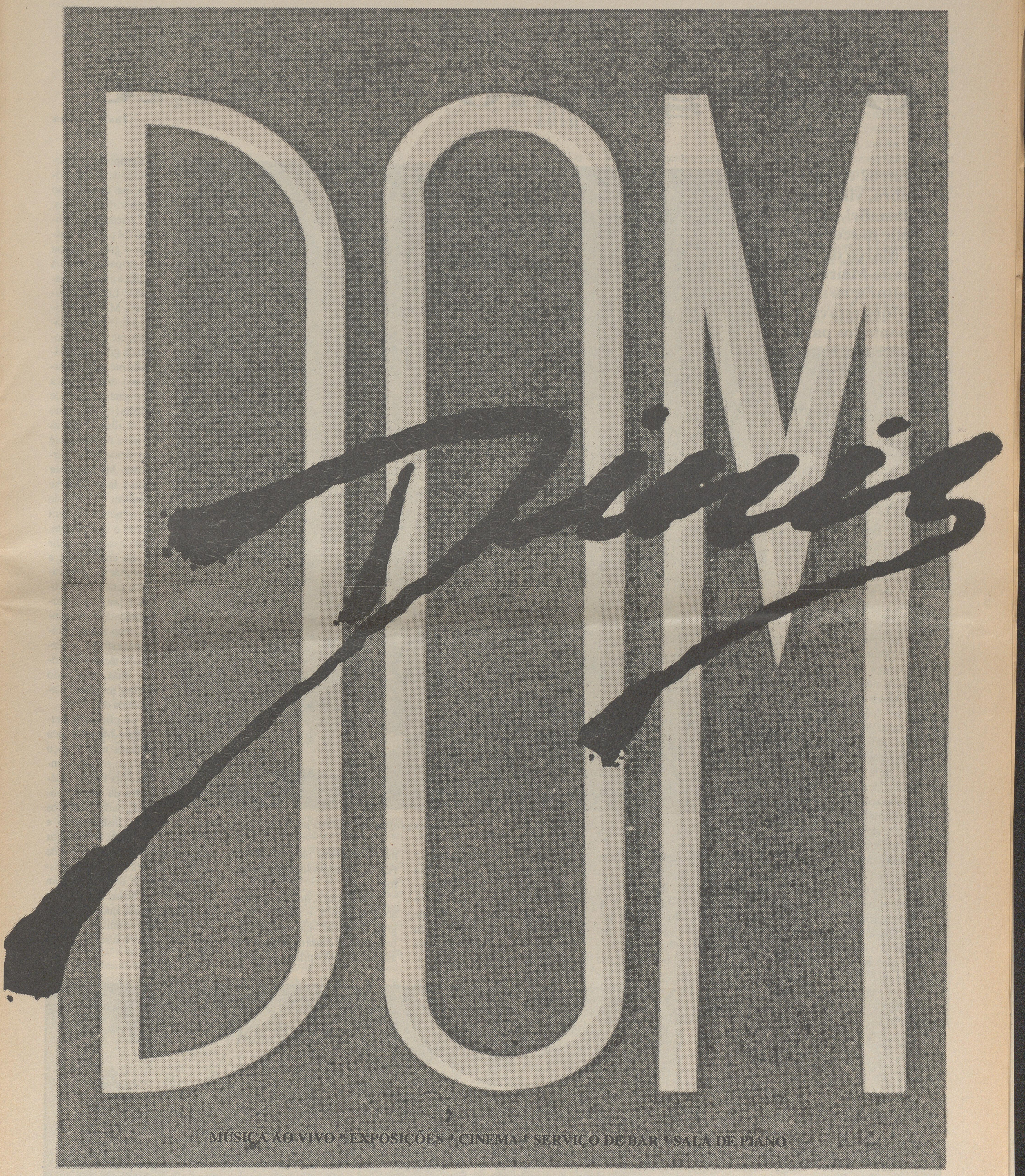
Venham assistir às aulas de arquitectura!!! Pois em nenhum outro lugar vocês conseguem ter aulas numa sala dividida em duas, com umas lindas vidraças e com um corredor a meio que dá acesso aos serviços administrativos!!! Além disto, podem ver e ouvir os meninos na outra sala a darem os primeiros passos na profissão. Se resolverem dar uma espreitadela nas salas de estudo e de consulta não o façam em grupos com mais de cinco ou seis pessoas: correm o risco de não poderem entrar todos... Mas não podemos radicalizar! Vamos esperar pelos dias de sol para que as portas do bar se abram à esplanada muito bem posta com vista sobre a cidade. Acreditem!!!

No fundo, não é que o curso esteja de rastos. Possuíu desde sempre, por exemplo, um bom corpo docente e, portanto, potencialidades idênticas a qualquer curso de Arquitectura no nosso país. O que é preciso é aproveitar estas potencialidades: então, estamos aqui para criar arquitectos competentes ou "arquitontos" frustrados?

Actualmente, apesar das propostas em ocupar um espaço próprio no Polo II, ainda em construção, os alunos afirmam irreverentemente que preferem a área de maior importância histórica. Pensam, assim, na possibilidade de ocuparem o espaço que irá ficar vago com a saída dos alunos de outras áreas que também estão no Colégio das Artes.

Enquanto isso, vão-se mexendo e não passam incógnitos. Assim, no passado mês de Dezembro, por exemplo, montaram um "labirinto" nas Escadas Monumentais, fazendo-nos ziguezaguear por elas, como eles ziguezagueiam no seu departamento.

Mas vamos deixar-nos de conversas... isto de curvas e contracurvas pode provocar... **Tonturas!**


D. DINIS
MUSICA AO VIVO * EXPOSIÇÕES * CINEMA * SERVIÇO DE BAR * SALA DE FUMO

Fernando Meireles

O Engenho e a Arte

Paulo Ferreira

Em 82 chega a Coimbra, vindo de Penafiel, terra onde nasceu em Março de 59, Fernando Meireles. Na altura, os seus ouvidos estavam apontados para outros campos musicais -o Pop e o Rock. Oriundo de uma família em que ninguém tocava nenhum tipo de instrumento, nem tão pouco se cultivava o gosto pela música tradicional, chega à Academia de Coimbra.

Fotos gentilmente cedidas por Fernando Meireles

Com as leituras de Ernesto Veiga de Oliveira e Michel Giacometti, começa, a pouco e pouco, a percorrer a música popular e a desenvolver o gosto pela música Portuguesa -Zeca Afonso, José Mário Branco, Sérgio Godinho, etc., integrando-se nas fileiras do Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra (GEFAC), onde ainda hoje presta a sua colaboração.

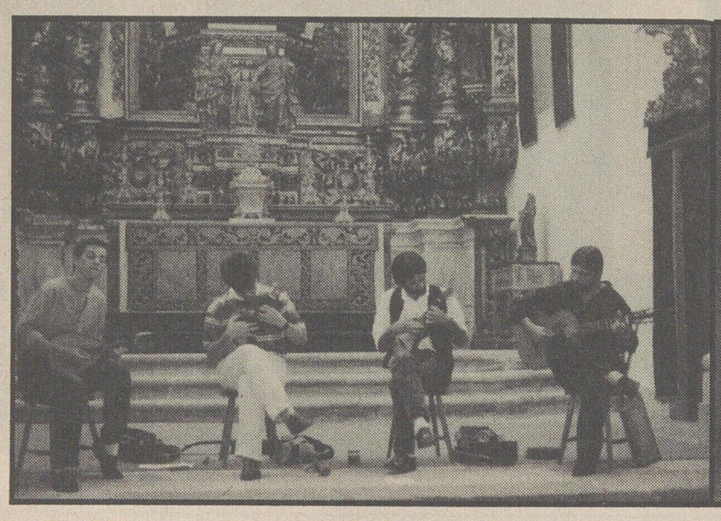
A necessidade aguçou-lhe o engenho e assim constrói o seu primeiro cavaquinho. A inexistência de bons cavaquinhos no mercado, fruto da falta de uma escola de construtores de instrumentos de boa qualidade, na sua opinião, levou a uma degenerescência da técnica de execução musical. Paralelamente ao estudo do violino no conservatório de Coimbra, começa a desenvolver a sua actividade de construtor de instrumentos, servindo-se das técnicas de contrução do século XVI, XVII e XVIII.

Entretanto, surge na sua vida uma nova e grande paixão, de que ainda hoje sofre os efeitos -a sanfona. Perdida em Portugal, dela só restava memória e algumas (muito poucas) transcrições musicais (para este instrumento). Fernando Meireles começa então um trabalho de investigação de raíz e, a partir de algumas figuras de presépio (em que, curiosamente, quem a tocava eram cegos e mendigos) e de instrumento similares na Galiza e em França, constrói a sua primeira sanfona.

Houve, então, que dar préstimo ao instrumento, e surge assim o grupo "Realejo" -nas suas próprias palavras, por causa da sanfona. Foi, assim, em 1990, o primeiro concerto do grupo num Congresso de Antropologia, que decorreu no Palácio de S. Marcos.

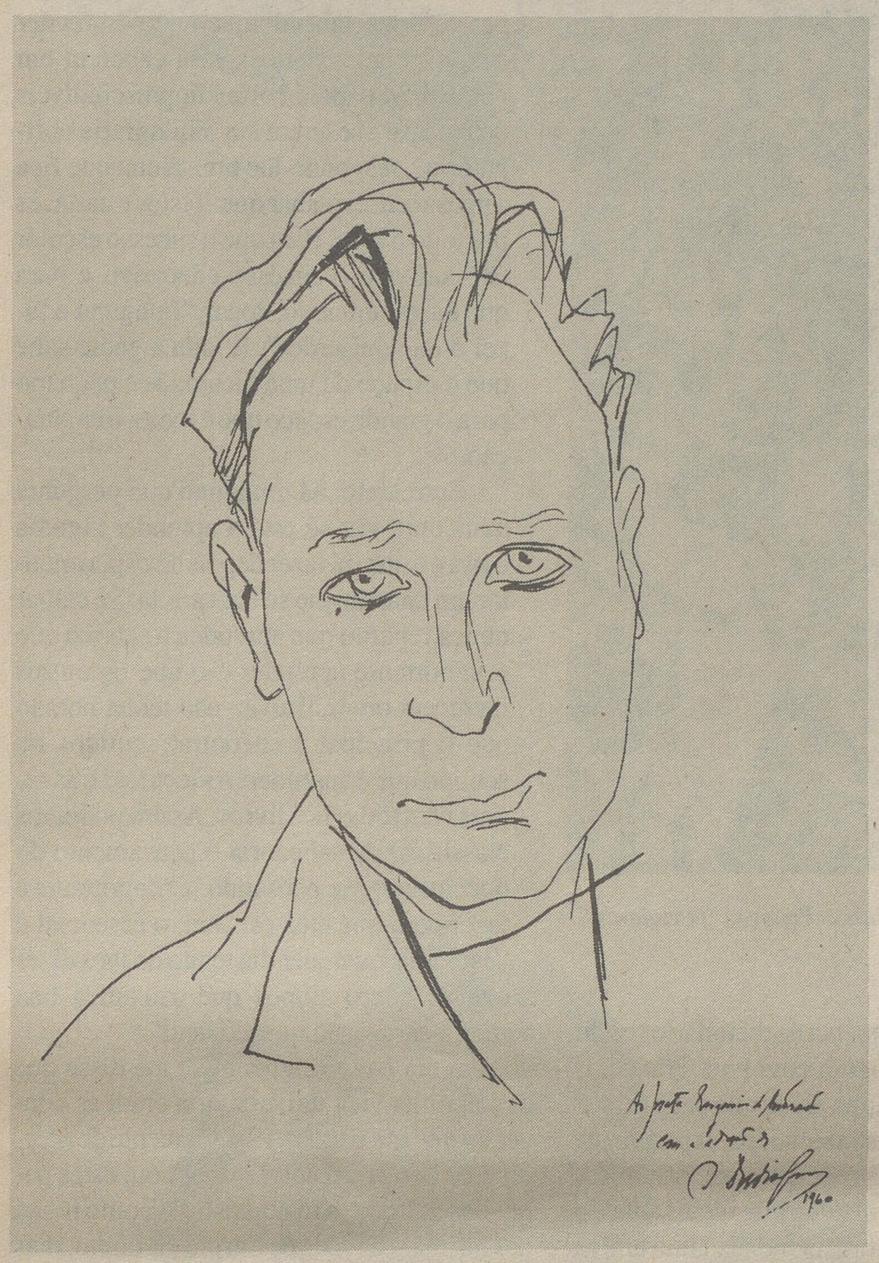
A reacção do público foi positiva e assim o grupo ganhou alento para levar a sua música a outras paragens -Lisboa, Gouveia, Montemor-o-Velho, Porto, Guimarães, etc.. O reportório do grupo é relativamente vasto, abarcando desde música para sanfona da Idade Média (da qual, como já se disse, existem poucos registos), até ao século XVII. Fernando Meireles, por outro lado, vale-se também do facto de haver pouca literatura sobre o instrumento, para assim expandir a sua criatividade e (re)criar peças musicais, tentando explorar toda a riqueza harmónica do instrumento, num sempre presente esforço de perfeição técnica (espírito, aliás, partilhado pelos restantes elementos do grupo).

A oficina de Fernando Meireles fica situada num espaço exíguo, na sala de ensaios da Tuna Académica da UC (1º andar), onde constrói os seus instrumentos e conserta os estragos que surgem nos da Tuna e nos de quem lhe solicita os serviços. É assim uma espécie de trovador, um descobridor de novas sonoridades do instrumento que ajudou a recriar, e um divulgador da música tradicional. Um perfeccionista a toda a prova.



Uma homenagem ao poeta da naturalidade, da intimidade que atinge tudo e todos, enfim, à obra de Eugénio de Andrade.

Dora Medeiro



Evocação da Obra de Eugénio de Andrade

No dia 19 de Janeiro, por volta das 21h30 na Casa da Cultura tivemos o prazer de ouvir poesia recitada pelo tenor Fernando Serafim, acompanhada pelo pianista Jaime Mota. Ambas as actuações fundiram-se num único e estupendo espectáculo de poesia a "nu". São dois artistas de um assombroso talento que nos proporcionaram um espectáculo único. Não foi monótono, nem previsível mas sim constante, com notas singelas e alguns "mares" de notas, como também, palavras que nos inundaram sem alguma possível resistência da nossa parte, entre nós seres humanos, com sensibilidade, e a poesia, a entrega foi total.

Começou pelo poema "Mar de Setembro" do qual se salienta o seu fim num murmúrio, seguindo-se de alguma violência, asperidade e intensidade penetrantes. De seguida fomos invadidos pela "poesia em fogo", ou seja "A canção escrita nas areias de laga". Surpreenderam-nos ainda com "Litania" que inclui o pão nosso de cada dia, "o pão de beijos" que surge num dos seus versos. De relembrar ainda seria "Um nome" que apresenta um fim estupendo derramando tumultuosamente raiva, encaixando de seguida com uma melodia doce, o "céu", as "dunas" e os "mares", projectando a sua "luz sobre as areias". Por fim, instalou-se o murmúrio, a absorção total, o silêncio para dar lugar ao poema "Só as tuas mãos trazem frutos" cheio de "flores abertas aos meus segredos". De relevo, no entanto, são sobretudo "A tua vida é a história triste" e "Ó noite porque vens sempre molhada" porque simbolizam o véu que se rasga descobrindo a alma do poeta e rematam de forma deslumbrante um recital que nos "quebrou os membros e a voz".

Noite inesquecível sem dúvida para os presentes, apesar de alguns preferirem um outro tipo de leitura da poesia e não a poesia "cantada".

Quando a Cultura Francesa fala da Sida

Ana Maria

Comemorou-se no dia1 de Dezembro o Dia Internacional da Luta contra a SIDA. Comenta-se muito a doença, mas quem acaba por melhor falar dela são as suas vítimas. Hervé Guibert e Cyril Collard foram duas delas e fizeram-no através da literatura e do cinema. As suas obras abalaram a França.

Foi com 22 anos que H. Guibert começou a escrever. Afirmou-se no meio literário com "La mort propagande" (1977), "L'Image fantôme" (1981), "Des aveugles" (1990). Os seus últimos escritos são autobiográficos. "Ao amigo que não me salvou a vida", revela(-nos) um ser abatido pela seropositividade e que vai tentar aprender a viver com a doença.

No "Le protocole compassionel" assiste-se aos efeitos da doença. O AZT leva Hervé Guibert a esperar e animar a sua luta, mas acabará por conhecer a desilusão e continuará o combate com os seus próprios meios.

Hervé Guibert relata com muita força este viver de seropositivo, exibindo o que havia de mais íntimo na sua vida: homossexualidade e amor

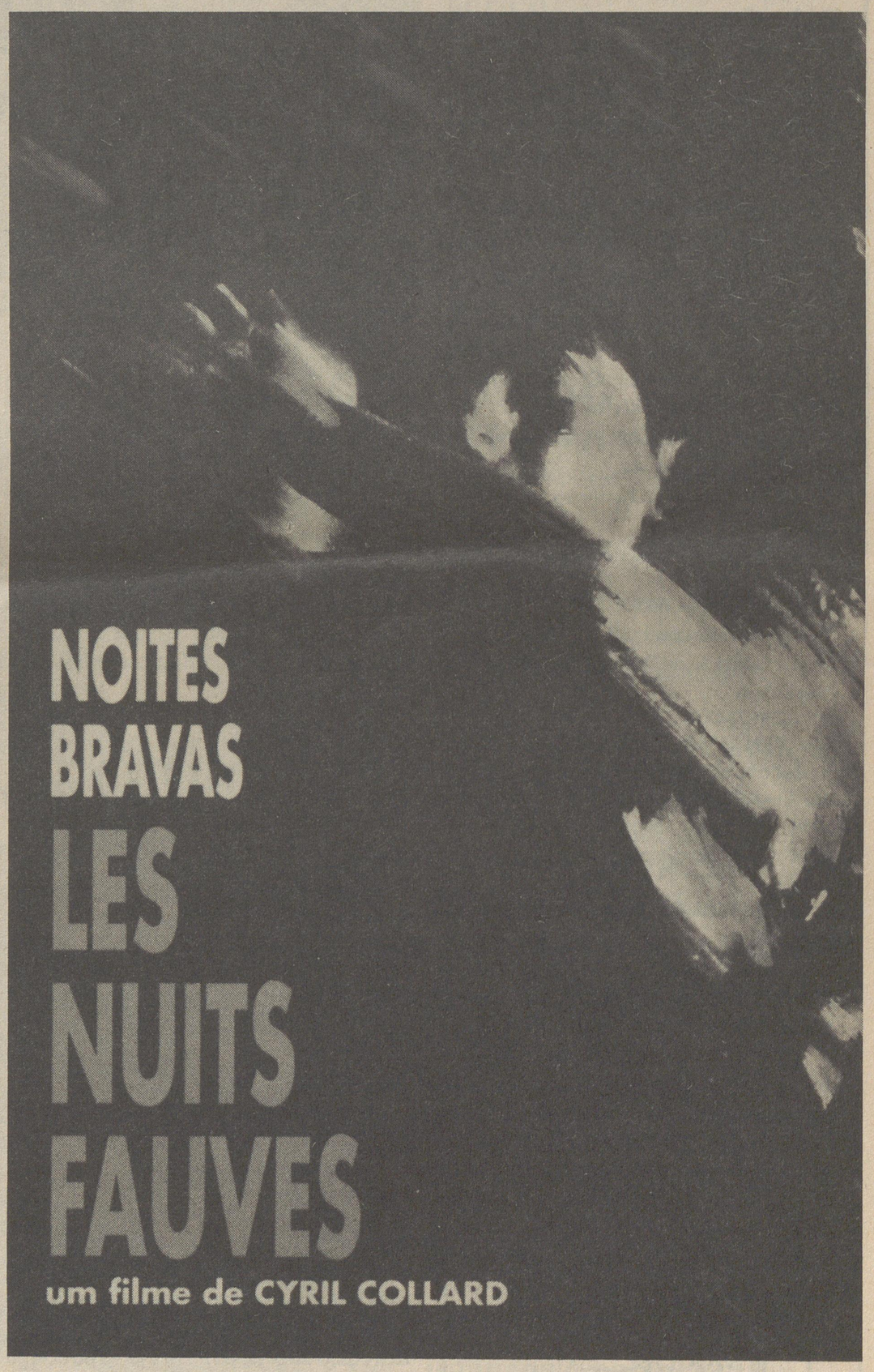
Ao ler estes livros, o leitor vai ao encontro de um ser que luta contra o desespero de uma morte anunciada. Transformou igualmente em imagem a sua própria doença, a sua próxima extinção num telefilme -"O pudor e o impudor".

A morte levá-lo-á com 36 anos...

A existência em perigo tem uma dimensão que nos esquecemos de fazer vibrar no conforto de uma existência segura, Cyril Collard confirmou-o. A sede de viver que emana do seu ser é desconcertante.

Cyril Collard escreveu, realizou, desempenhou para perpetuar, deixar algo de eterno. É a sua resposta e a sua réplica face à SIDA.

A sua posição como autor é particular: não é a questão do estilo que importa mas a do ritmo. A brevidade das frases, por exemplo, acentua o furor de viver, a energia. "Condamné amour" revela-o. Com "Les nuits fauves", o leitor é projectado num romance onde reinam a desordem, o balanço e o furor.



Bissexual de 30 anos, Jean é seropositivo. Vive num universo de violência, paixão e criação. As suas incertezas sexuais e sentimentais, a sua atracção pelo seu amigo Samy e a sua paixão por Laura, 17 anos, dilaceram-no.

Cyril Collard fez igualmente de "Les nuits fauves" um filme.

Faleceu este ano, na véspera da cerimónia da entrega dos Césars (recompensa do cinema francês equivalente aos oscars americanos) onde foram atribuidos ao filme quatro Césars entre os mais prestigiosos (melhor filme Francês e melhor primeiro filme, melhor "jeune espoir" para Romane Bohringer que desempenhava o papel de Laura e ainda melhor montagem para Lise Braulieu).

O filme é hoje considerado como uma obra prima. O ritmo, a energia própria a Collard subverteram. Os seus últimos escritos de raiva foram reunidos na obra "L'ange sauvage".

Hervé Guibert e Cyril Collard foram dois seres que o sofrimento levou a lutar pela vida. Marcaram para sempre uma geração.

Hervé Guibert é editado por "Les Éditions de Minuit". O livro: "Ao amigo que não me salvou a vida" foi editado em português pelas Edições Livros do Brasil.

A CABRA

Jornal Universitário de Coimbra

FICHA TÉCNICA

Directora: Teresa A. Gomes
Director-Adjunto: Tiago Maranhão
Coordenador de Redacção: André de Brito Correia
Redacção: Ana Maria, Carlos Loureiro, Carlos Picassinos, João Queirós, Julião Soares Sousa, Justino Strecht, Lara Severino, Marisa Ferreira, Mateus Nhabomba, Paulo Bandarra e Lavoura, Paulo Ferreira, Pedro Lopes Dias, Rui Mendes, Sandy Gageiro
Colaboradores: Augusto Cabrita, Dora Medeiro, Nuno Branco, Nuno Serra
Fotografia: Carlos Loureiro, Julião Soares Sousa, Lara Severino, Sónia Pinela, Susana Paiva
Revisão: André de Brito Correia, Carla Silveira, Carlos Loureiro
Concepção Gráfica: Carlos Loureiro, Teresa A. Gomes
Montagem: Carlos Loureiro, Teresa A. Gomes

Impressão: LOUSANENSE
Tiragem: 4800 exemplares
Departamento de Publicidade: Tiago Maranhão
tel: (039) 38475
fax: (039) 23505
Redacção e Administração: Rua Padre António Vieira
3000 Coimbra
Produção: Secção de Jornalismo da AAC
Propriedade: Associação Académica de Coimbra

Apoio: Reitoria da Universidade de Coimbra

Agradecimentos: Centro de Estudos Cinematográficos, Centro de Estudos Fotográficos, Clube de Rugby, Nuno Fonseca, Secção de Desportos Náuticos

Secção de Jornalismo

Pequenos Delírios Universitários

André de Brito Correia

Pois é. Há tanta coisa para dizer sobre a universidade e sobre a vida académica que quando se enfrenta uma folha de papel (ou de computador) às vezes não se sabe como escrever, às vezes parece que as palavras não vêm organizadas quanto baste, às vezes parece mesmo que essa folha vai continuar teimosamente em branco...

Entretanto, há um estudante que procura outras folhas. As que compõem a exposição de êxitos e fracassos de um semestre ou de um ano. "Alguém me diz onde está a pauta com as notas?". Acaba por descobrir que há um professor que confunde prestígio com uma quantidade significativa de números com um só dígito. Estão mesmo ali à sua frente a seguir ao seu nome e ao dos amigos. "Então, o que é que notas?", pergunta-lhe alguém conhecido. Nessa altura pensa como seria bom que o tal professor decidisse ir fazer confusões num outro sítio qualquer. O pior é que os alunos também se baralham e há momentos em que pensam que cursos assim, apelidados de "difíceis", é o que está a dar... O prestígio é um conceito estranho... pelo menos quando frequenta os dicionários onde "pedagogia" não figura com letra grande...

Liubov Popova, "O viajante"

Entretanto, há uma aluna que pega no seu tempo, experimenta fazer teatro, experimenta escutar as histórias de pessoas de outros cursos e experimenta discutir ideias sobre o mundo durante horas seguidas. Uma amiga pergunta-lhe: "E os textos que ficam por estudar? Não estamos aqui para ficar a saber?". "Fica sabendo que quero aprender coisas grandes demais para caberem em notas de rodapé e coisas imprescindíveis demais para se lerem em bibliografia obrigatória", responde-lhe uma aluna que fica a pensar em espalhar manifestos e cartazes por todo o lado. Para que o sucesso escolar não sufoque o sucesso educativo e para que nasça um novo slogan "Imaginai e fazei o que quiserdes". E toda a gente sabe que o espaço de uma faculdade é pequeno para o grande espaço que é toda a imaginação...

Entretanto, há um aluno que pergunta mais uma vez se está a aprender alguma coisa e o que irá fazer depois de experimentar um chapéu que se diz cartola. Se calhar nunca reparou que aprendeu a saber o que é importante aprender e o que os outros merecem ouvir. Talvez não tenha notado que o principal é encontrar sentidos no sentido que é aprender. As técnicas e as regras vêm todas nos livros. Assim podemos classificar de sabedoria o pensamento do docente que vai pensando "O importante é fazer com que eles pensem; o essencial é descobrir; qualquer dia tenho de lhes dizer que só quero alunos que saibam à boa maneira cartesiana que existem".

Um dia houve alguém que me disse que o melhor na vida universitária eram as conversas que se viveram. Perfeitamente de acordo! Por isso vos resolvi maçar com estes pequenos delírios (não domésticos como numa das últimas canções de Sérgio Godinho, mas universitários)...

Moholy-Nagy no CAPC

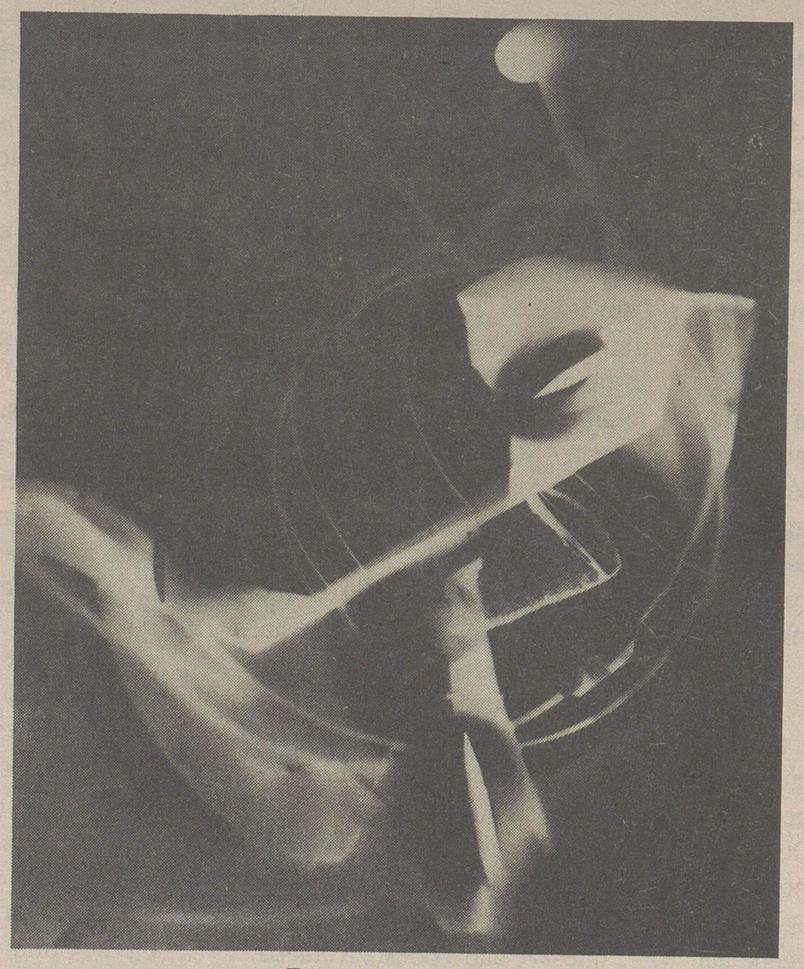
Durante o mês de Janeiro, o Círculo de Artes Plásticas de Coimbra (CAPC) mostra fotografia. László Moholy-Nagy é o autor das imagens exibidas.

Moholy-Nagy nasceu na Hungria em 20 de Julho de 1885.

Durante a sua vida, percorreu diversas actividades: foi pintor, tipógrafo, cineasta, fotógrafo, escultor, artista gráfico e cenógrafo.

Percorreu, também, diversos lugares: estudou em Budapest; pertenceu ao Exército Austro-Húngaro na 1ª Grande Guerra; em 1918/19, emigra para Viena; em 1920, vai para Berlim; na década de 30, passa por Paris, Atenas, Amesterdão e Londres; em 1937, fica como director da nova escola de design "New Bauhaus" em Chicago, cidade onde dois anos mais tarde funda a sua escola (o CID/ Chicago Institute of Design).

Percorreu, ainda, diversas referências estéticas: registemos, por exemplo, que Moholy-Nagy foi marcado pelo Expressionismo, Dadaísmo, Construtivismo e pelas ideias vanguardistas e que inspirou o estilo que se denominou de "Desenho Orgânico".



Fotograma de Lázló Moholy-Nagy, Sem título

"Fotografar quer dizer desenhar com luz". Esta é uma expressão famosa deste autor e é uma ideia fundamental para percebermos a sua obra. Registe-se, ainda, que Moholy-Nagy criava fotogramas sem a utilização de lente. A luz ficava a incidir sobre o papel fotográfico sendo possível escolher objectos mediadores para se produzirem diversos efeitos em termos de configurações e de jogos claro-escuro.

Moholy-Nagy morreu em 24 de Novembro de 1946.

André de Brito Correia

QUANTOS DIAS TÊM DEZ ANOS?

Eis uma pergunta que exige contabilidade difícil.

Para lhe respondermos, precisávamos de contar muitas coisas, muitas gentes. As coisas de que foram feitas a Academia, a Universidade e um pouco do Mundo. As gentes que passaram numa secção para passarem essas coisas num papel de jornal.

Para lhe respondermos, precisávamos de somar as horas que subtraímos ao estudo das cadeiras do curso. Os resultados foram ficando. Desde "A Cábula" e da "Gazeta Académica" até "A Cabra".

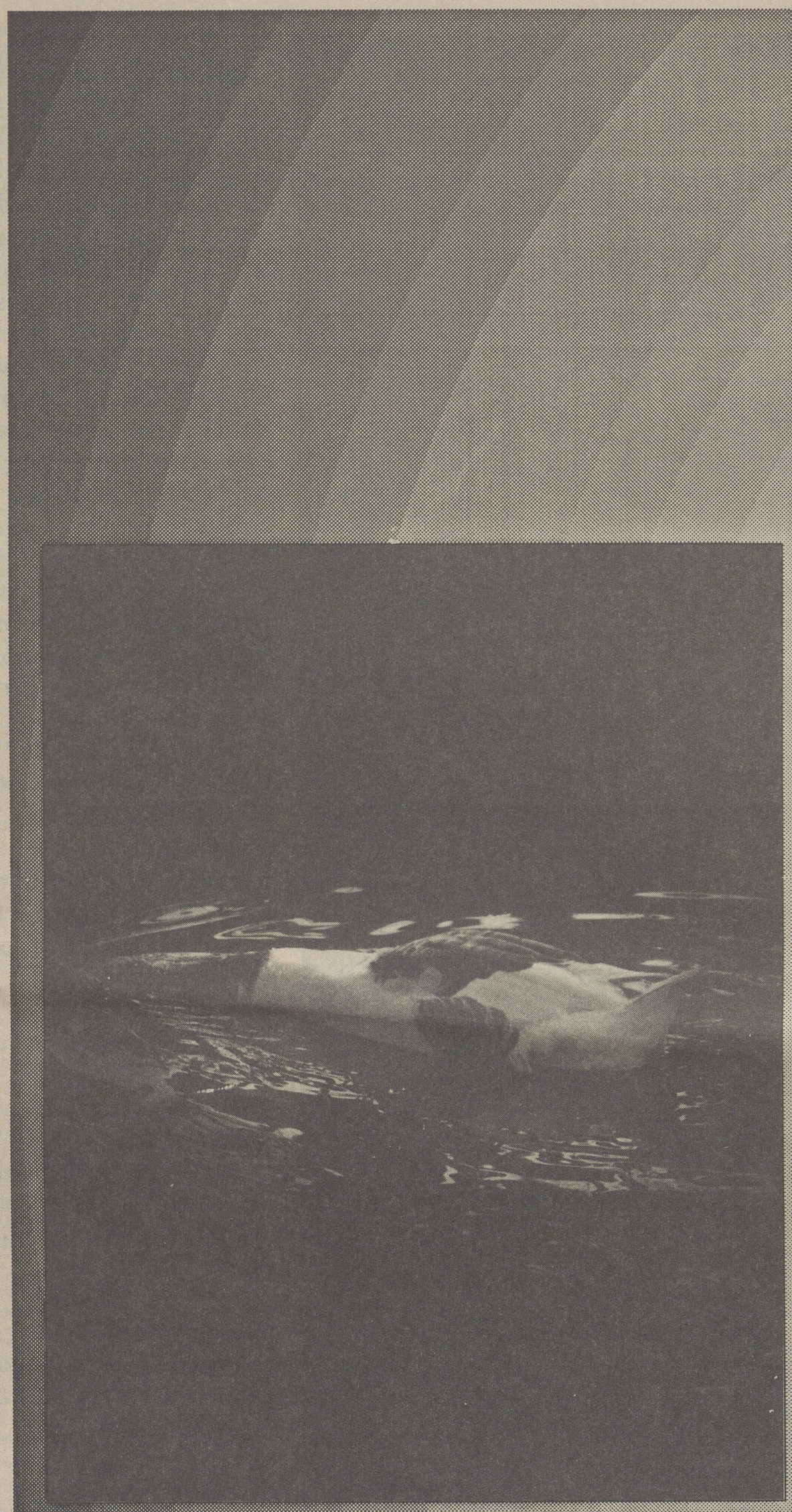
Para lhe respondermos, precisávamos de partilhar histórias de encontros e desencontros, de pequenas vitórias e pequenos fracassos, de grandes alegrias e grandes ansiedades.

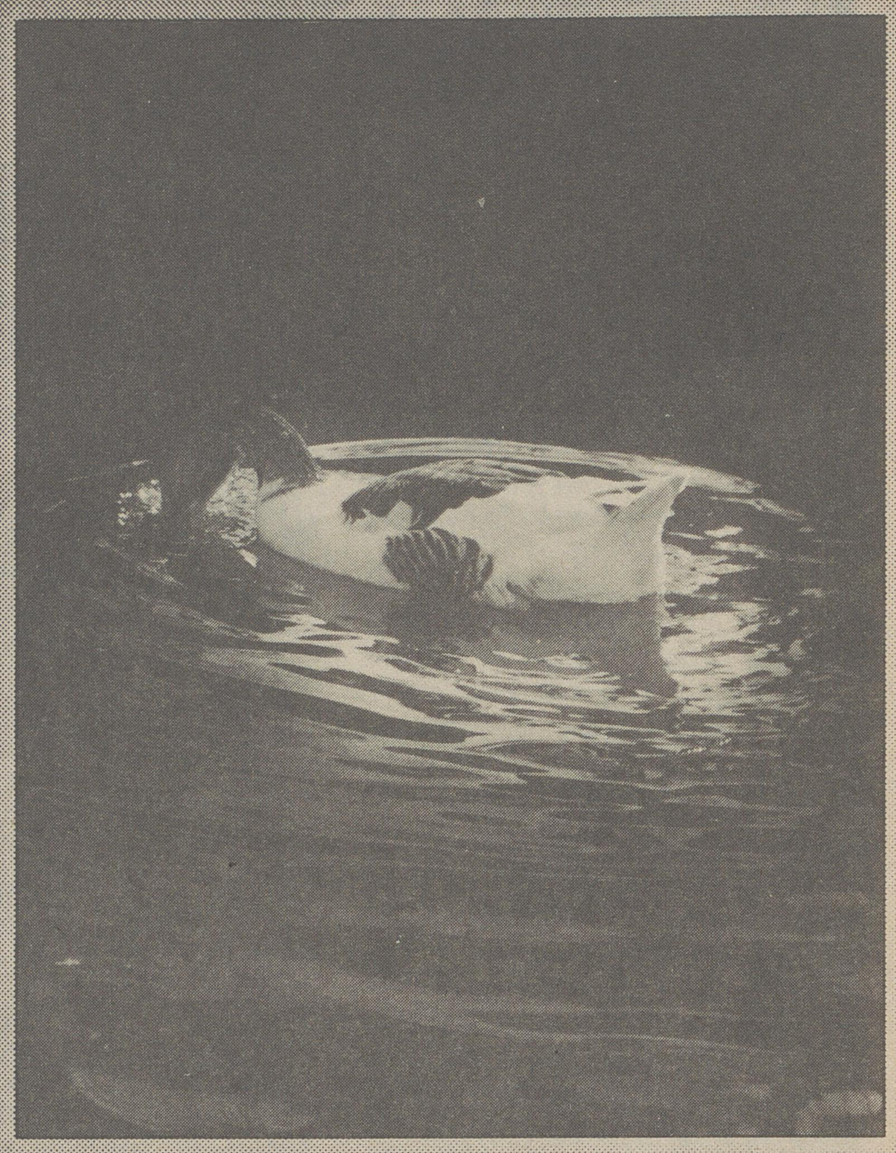
A Secção de Jornalismo da AAC fez dez anos.

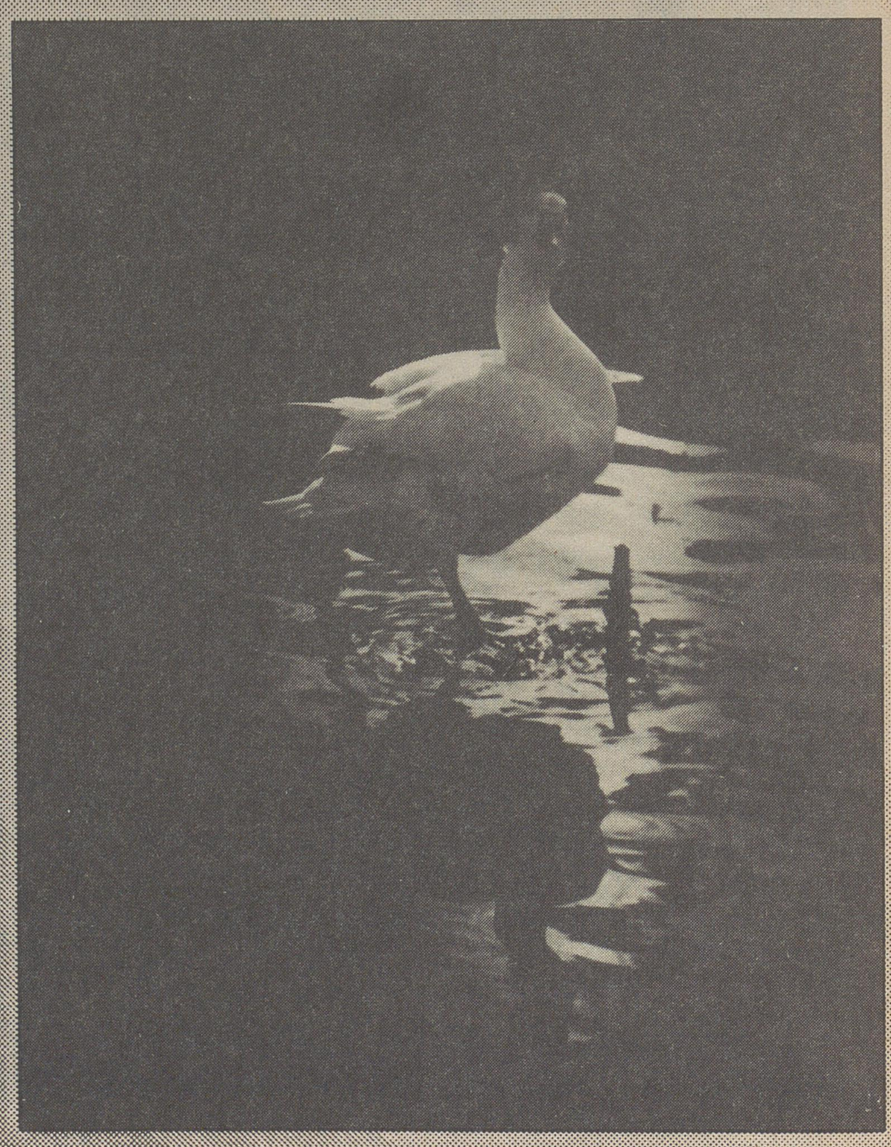
Nas centrais deste jornal, juntamos as fotografias de duas pessoas que esta secção juntou: Nuno Branco, colaborador da "Gazeta Académica" e Lara Severino, actual colaboradora de "A Cabra".

No D. Dinis mostramos um pouco da vida desta secção: primeiras páginas de publicações, primeiras imagens e palavras que vieram de tempos de escrita.

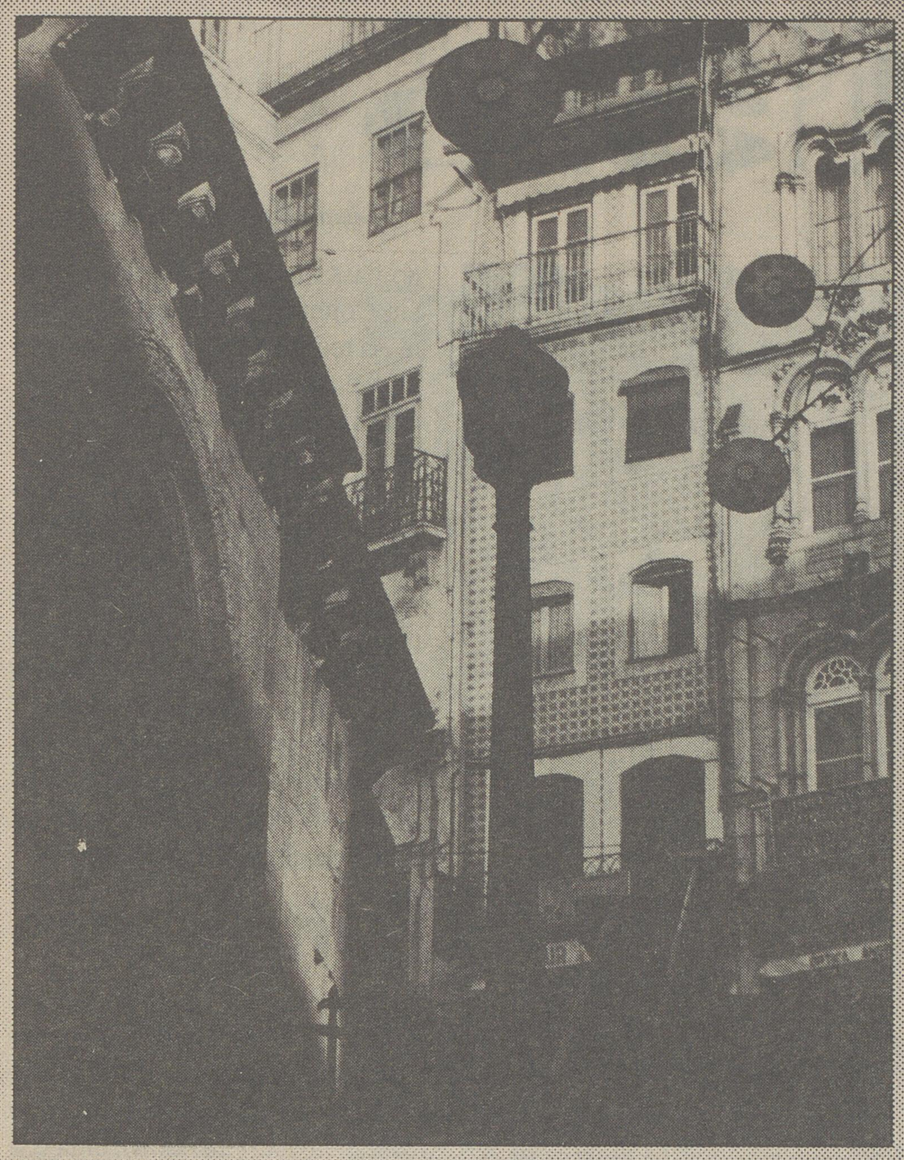
É a nossa forma de respondermos um bocadinho à pergunta do início...

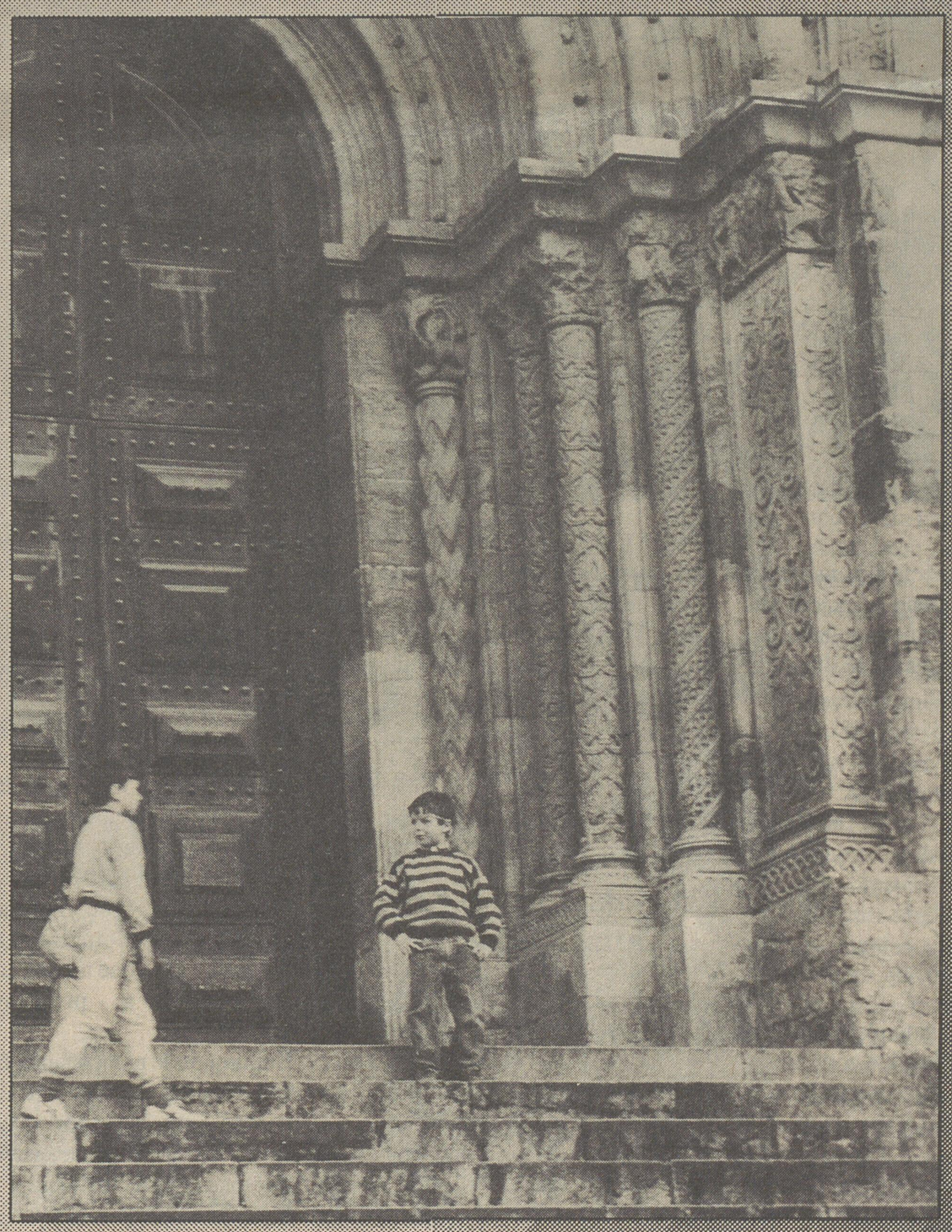






Nuno Branco





Lara Severino

Solidão

Texto e foto de Lara Severino

Neste virar de século, depois da revolução tecnológica, de todas as invenções e progressos, quando o homem parece ter cada vez mais armas contra as ameaças externas, eis que se levantam as vozes ameaçadoras internas -o perigo, o desconforto, a estranheza parecem vir agora do interior do homem. E se não são os fantasmas internos que estão mais despertos depois de desmobilizados de outras lutas é pelo menos maior a atenção que o homem dá às suas vozes interiores.

AS CAVERNAS DO HOMEM.

Como diz Edgar Morin, passou-se do Homem das Cavernas para as Cavernas do Homem.

E o que é afinal a solidão a que Irene Lisboa se refere como "estado interiormente deprimido daquele a quem tudo faz falta. O calor humano, a reciprocidade nas relações, o interesse dos outros a sua companhia... A solidão de quem vê o sol, a lua e as estrelas sem o mínimo gosto ou com um gosto artificial, já desinteressado"?

Numa perspectiva mais científica, poderia definir-se como o sentimento daquele para quem as relações sociais que possui não são satisfatórias.

A solidão a todos ameaça - jovens e velhos. Quem nunca sofreu de solidão em qualquer época da sua vida?

Pode-se também dimensionar a solidão quer como característica pessoal, quer como resultante de factores situacionais. Há situações que propiciam a solidão por enfraquecerem a rede de relações da pessoa como partir para um ambiente estranho, perder um ente querido. Depois há aqueles que são naturalmente introvertidos, reservados e com preferência por actividades solitárias -é a solidão como traço da personalidade.

A solidão não é apenas o que se sente quando se está sozinho, o que é muito bem ilustrado pela expressão -sozinho na multidão- quando apesar de estarmos rodeados de pessoas nos faltam aquelas pessoas com quem realmente nos sentimos bem, com quem temos intimidade.

Numa perspectiva mais científica, poderia definir-se (a solidão) como o sentimento daquele para quem as relações sociais que possui não são satisfatórias.

Quer se atribua à solidão uma causa interior radicando em experiências de infância ou em factores situacionais exteriores ao indivíduo, um desajustamento por medo da rejeição, a verdade é que este sentimento aflige um número crescente de pessoas.

TELEFONES S.O.S.

A prová-lo estão, por exemplo, as 5000 chamadas feitas no último ano para o 721010, o telefone SOS de Coimbra, em que a solidão é a principal queixa.

É uma questão preocupante -é o sentimento geral que sobressai das I Jornadas Sobre a Solidão, realizadas por ocasião do 7º aniversário do Telefone SOS de Coimbra.

Estas Jornadas que decorreram no passado dia 20 de Novembro, em Coimbra, contaram com uma mesa redonda sobre "Os telefones SOS e a Comunidade"; uma perspectiva clínica da solidão pelo Prof. Dr. Vaz Serra; "A Solidão nos Artistas" com a contribuição do Dr. Carlos Saraiva (Director dos Telefones SOS de Coimbra), do maestro Virgílio Caseiro e de Telo de Morais e ainda na intervenção do Padre Pinto de Magalhães sobre "Solidão e a experiência religiosa".

A origem destes telefones SOS remonta a 1953, em Londres. O objectivo que presidiu à sua criação foi a prevenção do suicídio.

DO OUTRO LADO DO FIO.

Entre as 16 h e a 1h da manhã, infelizmente em horário reduzido pois há poucos escutantes (e poder-se-ia ironizar dizendo que o desespero não tem horas), uma voz do outro lado do fio oferece conforto e numa relação ao mesmo tempo afastada e próxima, sob a protecção do anonimato e a ausência de um julgamento, encorajam-se as confidências.

Funcionando em regime de voluntariado os escutantes oferecem a sua disponibilidade para ouvir e conversar, é algo de que tantas pessoas precisam tão desesperadamente.

Traçando o perfil tipo do solitário que apela ao telefone SOS de Coimbra poderíamos dizer que se trata de uma mulher entre os 40 e os 65 geralmente dona de casa. Os idosos são outro dos grupos que apela habitualmente ao telefone SOS de Coimbra -as doenças, a diminuição das capacidades físicas e intelectuais, a falta de apoio familiar, empurram-nos para situações de penoso isolamento. Também os estudantes, assustados pelo espectro do fracasso escolar e desenraizados sentindo-se como estranhos num ambiente estranho, se queixam de solidão.

As crianças são outros dos habituais frequentadores deste serviço -pedem para que lhes contem uma história... Será este o preço civilizacional do progresso? Os avós tradicionais sob cujos olhares protectores cresciam os netos estão nos lares para a 3ª idade e os netos estão sozinhos em casa.

Além de todos os aspectos negativos da solidão, esta tem também facetas positivas como o de possibilitar o encontro de uma pessoa consigo própria. Há quem considere a solidão essencial ao acto criativo e quem está sozinho não está necessariamente só.

Breve Texto a Propósito de "O Marinheiro"

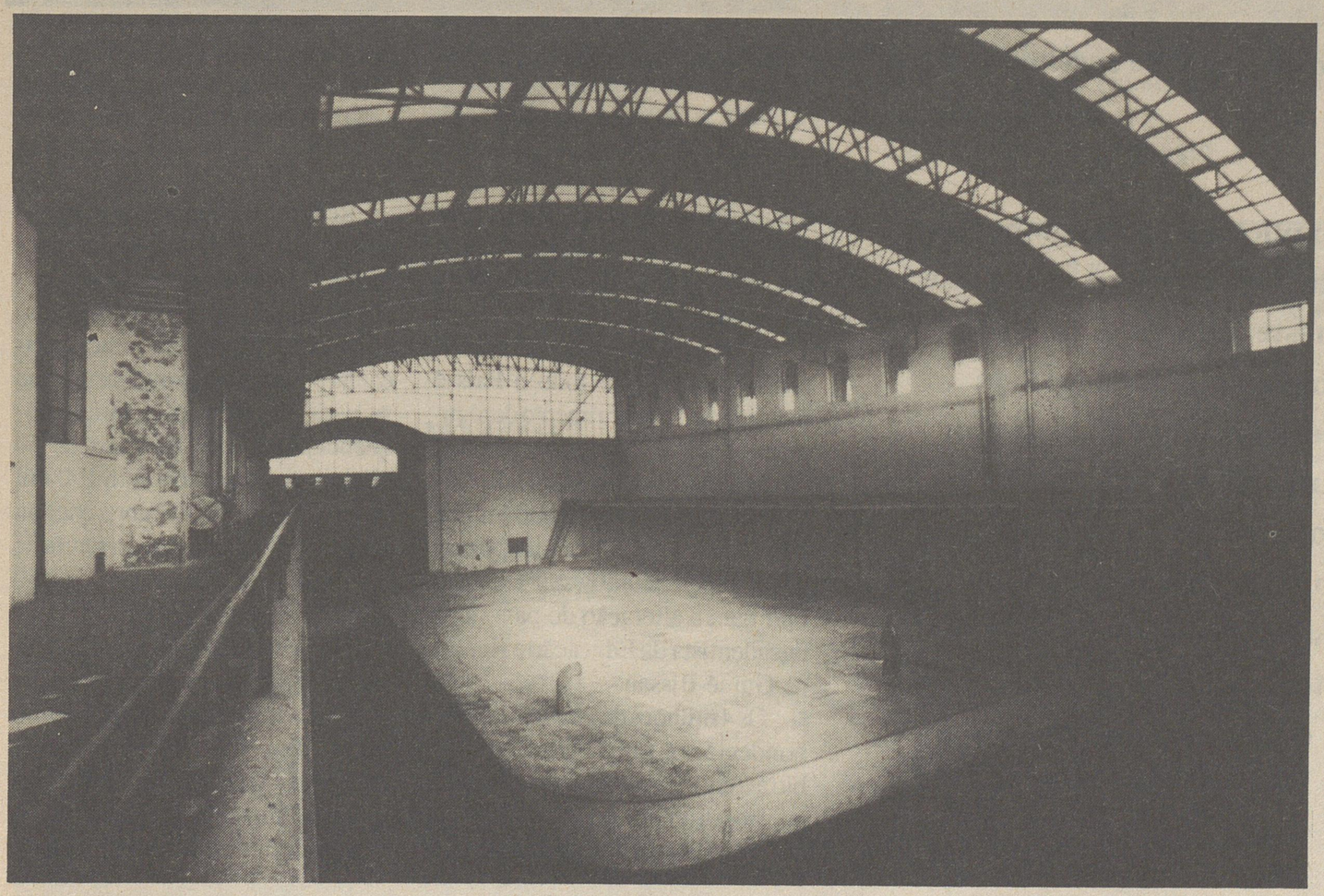
Em Dezembro, o TEUC apresentou, nas antigas instalações da Fábrica Triunfo, "O Marinheiro" de Fernando Pessoa. Manuel Sardinha encenou e João Grosso dirigiu os 15 actores que navegaram por mares por nós pouco navegados.

Apesar do intenso frio que se fazia sentir, apesar de duas horas de um espectáculo estático e complexo, não pode deixar de se colocar para nós a seguinte pergunta: "O que fazer com uma peça de que gostámos?". Respondemos com o pequeno texto que se segue...

Um dia, um filósofo disse qualquer coisa como: "Ontem sonhei que era uma borboleta, mas, agora que estou acordado, ponho-me a pensar: Não serei essa borboleta a sonhar que é um homem?". É por existirem perguntas como esta que Fernando Pessoa pôde escrever "O Marinheiro".

São perguntas violentas - fazem abanar o edifício das nossas certezas e até incertezas.

Violentas e belas porque nos podem levar bem longe, dentro de nós, em percursos em que todos os sonhos são permitidos. No entanto (e voltamos à violência), esta permissão plena é um perigo grande. Daí o pedido de uma das personagens: "Paremos... Não pensemos mais... Não tentemos seguir nesta aventura interior... Quem sabe o que está no fim dela?...". Mas será que é possível parar? Essa "aventura" não começou por pensamentos aos quais ficámos ligados como se nos tivessem atado a um grande pedregulho que nos arrastou numa queda vertiginosa?



Violentas, belas, mas... também inúteis porque em todas estas viagens o grande dinamismo que atravessa as ideias não implica nenhum dinamismo em termos do agir. Aliás, Pessoa classificou esta sua obra como sendo um "drama estático". Temos personagens entregues exclusivamente ao seu pensar tal como o Descartes do "penso, logo existo".

As personagens vivem (em) os seus pensamentos e seus sonhos. Como os pensamentos e os sonhos podem acontecer em todos os lugares e em todos os tempos, eles não acontecem em nenhum lugar nem em nenhum tempo. Recorde-se, por exemplo, uma das indagações surgidas na peça: "Porque não haverá relógio neste quarto?".

Poderá depreender-se de tudo isto uma certa aproximação ao ideário da utopia. Todavia esta abordagem faz-se em moldes diferentes dos habituais. O que se entende por moldes habituais? São aqueles que desde o Renascimento, em termos literários, nos remetem, entre outros, para a apologia de uma sociedade perfeita, justa, harmoniosa, suspensa em todo o tempo e em todo o espaço, onde se plasma o bem imanente do Homem, onde, por consequência, os reais males deste e doutros mundos estão ausentes. "O Marinheiro" não nos propõe um modelo de sociedade justa e perfeita, mas, ao mover-se no reino das ideias e das fantasias, pode ser o começo de um exercício de imaginação utópica.

Para terminar, queríamos fazer uma sugestão. Experimentem substituir o pensamento do filósofo referido no início deste texto pela fala da personagem que sonhara com um marinheiro perdido numa ilha: "Dizei-me isto... Dizei-me uma coisa ainda... Por que não será a única coisa real nisto tudo o marinheiro, e nós e tudo isto aqui apenas um sonho dele?...".

Texto: André de Brito Correia
Paulo Bandarra e Lavoura
Fotos: Susana Paiva

Guiné-Bissau

Julião Soares Sousa

Aterrar no Aeroporto Osvaldo Vieira em Bissau passados doze anos e percorrer pouco depois as ruelas da capital atolada na mais profunda confusão é um drama que nem os mais afoitos conseguem suportar. Com efeito, a experiência vivida e sentida durante dois meses e meio na Guiné-Bissau permitiu-nos sentir na pele a maneira como o povo guineense, os nossos familiares, amigos, irmãos e vizinhos sofrem em silêncio as vicissitudes impostas pelo regime ao longo dos últimos anos.

Tal sofrimento, por aquilo que constatámos in loco, ensinou os guineenses a terem esperança e a interiorizarem a ideia de que, numa luta tão dolorosa entre eles e o regime, nada melhor que resistir para vencer. E hoje estamos convictos que a vitória lhes sorrirá.

Não seria nenhuma novidade ao leitor que atentamente acompanhou o evoluir da situação política naquele pequeno País nos últimos anos, se se repetisse aqui que nada funciona de forma organizada e transparente.

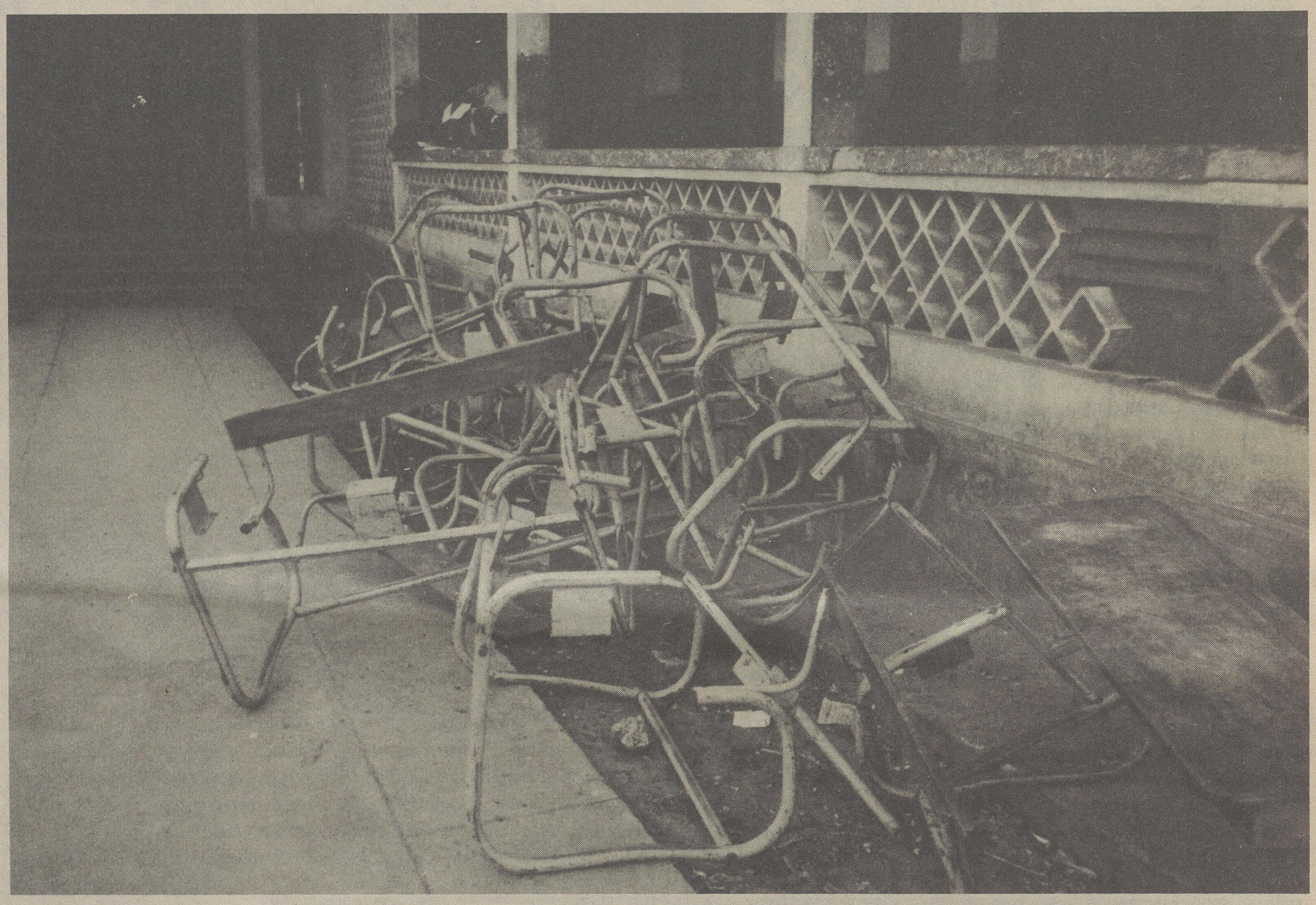
A corrupção que se instalou a todos os níveis e invade o quotidiano das gentes já constitui uma ameaça visível para a indepedência e soberania nacional e constituirá seguramente uma das feridas mais graves contra a qual as futuras instituições democráticas se defrontarão não sem dificuldade.

Foram os resultados negativos da política de Reajustamento Estrutural, da liberalização descontrolada da economia, bem como da ausência de uma política salarial correspondente aos padrões de vida reais, as causas próximas que estiveram na origem dessa corrupção generalizada.

A nível da Educação e Ensino, o abandono, por parte do Estado, das funções que constitucionalmente lhe dizem respeito nesta matéria é por demais evidente. Sobretudo no que toca à garantia de níveis de ensino de qualidade para todos os cidadãos.

O Ensino ou Sistema de Ensino é hoje tendencialmente elitista e perfeitamente discriminatório porque mais consentâneo e promíscuo com os interesses da cada vez mais poderosa "burguesia" local e do próprio regime.

Talvez se diga suplementarmente que uma das causas primárias da decadência da instituição escolar no País advem das possibilidades acesso dos jovens mais limitados financeiramente a esse tipo de formação seja cada vez mais um sonho distante e irrealizável.



Escola 5 de Julho: o amontoar de cadeiras velhas junto à entrada, simboliza a decadência da Escola Guineense

Tudo isto explica de forma global a grande cisão que caracteriza a sociedade guineense neste momento. De um lado, a maioria esmagadora da população que sonha com a mudança, e do outro, um punhado de ambiciosos, oportunistas e parasitas, que vivendo à sombra do regime numa total dependência, empreendem uma feroz resistência a qualquer tipo de mudança.

financeiras que esses "eleitos" têm em pôr os seus filhos a fazerem formação básica, liceal e universitária no estrangeiro.

A degradação das infraestruturas escolares por todo o País é manifesta. O ressurgimento de algumas escolas de cariz técnico-profissional, tão necessárias ao País ao ponto de afirmarmos que deviam ser uma das suas principais apostas, não parece contudo estar a contribuir para a alteração do panorama decadentista da Educação e Ensino na Guiné-Bissau.

Os 4 milhões de pesos (o correspondente a 65 mil escudos em câmbio actual) exigidos por cada inscrição nos diferentes cursos ministrados no CENFA fazem com que o

Recorde-se que um quadro superior tem vencimento mensal orçado em cento e poucos mil pesos (menos de 2 mil escudos) quando não tem a desventura de ficar largos meses sem receber, o que se verifica, aliás, com muita frequência. Um saco de arroz de 50 kilos custa neste momento 190 mil pesos (em fins de Outubro chegou a custar 750 mil pesos) e a renda de casa (dois quartos) ronda os 150 mil pesos.

Os jovens em idade escolar impossibilitados de prosseguirem os seus estudos quer no País, quer no estrangeiro pelas razões atrás referidas e por causa de muitos outros entraves impostos pelo sistema, há muito que perderam o Norte e repar-

O Drama de um País à Espera das Primeiras Eleições Democráticas da sua História

tem a sua vida entre a esperança na vinda de um Messias guineense, copos aqui e acolá, jogo de cartas e de damas, roubos, festins, enfim todas as futilidades que refletem desde logo a decadência dos costumes.

No domínio da Saúde Pública assiste-se ao envelhecimento das infraestruturas sanitárias e ao seu abandono.

Os doentes são chamados constantemente a comprar medicamentos que atingem às vezes preços exorbitantes, mesmo estando internados nos Hospitais. Quantos deles terão perecido ao longo destes anos por não terem dinheiro para custear a sua salvação?

A somar-se a tudo o que foi aqui dito, a depravação moral e a crise do conceito de família que sempre constituiu o esteio da cultura guineense e africana em geral parece contribuir também ela para o afundamento do País e das suas instituições.

A moralização da sociedade é hoje tão necessária como urgente sob pena de assistirmos impávidos à nossa auto-destruição.

Vimos também o luxo de alguns (poucos) a contrastar com a pobreza de muitos. De um lado, carros que nem nos paises mais ricos da Europa Ocidental é fácil encontrar, do outro, gente que faz diariamente quilómetros a pé, come uma refeição por dia quando come, trabalha sem receber, vive em bairros degradados onde a morte espreita a cada momento e a falta de luz é pão nosso de cada dia.

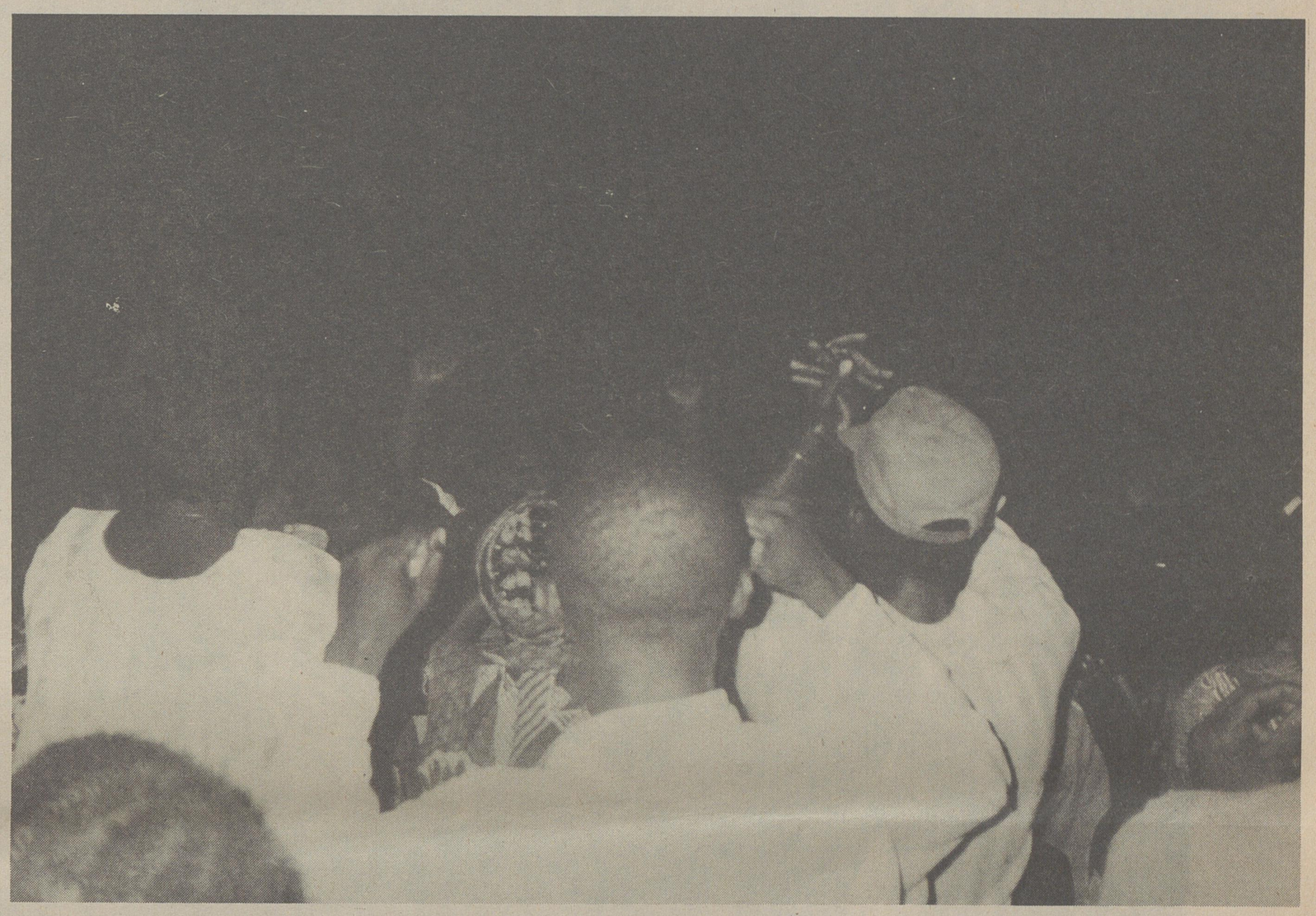
No campo político, o descrédito e o isolamento total do regime do PAIGC interna e externamente já é um dado adquirido.

De resto, o seu desespero ficou demonstrado na sistemática perseguição movida sem êxito a alguns partidos de oposição, nomeadamente o Movimento Bafatá e no recente processo " 17 de Março" que, a nosso ver, está a redundar num rude golpe para o regime cujos intentos eram envolver altos dirigentes da oposição para desta forma se sentirem isolados no processo eleitoral em curso. Portanto estamos a assistir à morbidez do regime, ao seu auto-julgamento.

Foi assim que no passado recente, servindo-se dos mesmos artifícios obscuros em toda a linha, o PAIGC foi afastando, em julgamentos camuflados que acabaram sempre em fuzilamentos maciços nas matas da nossa querida Pátria, os seus mais directos opositores. Referimos os exemplos tristes dos malogrados Paulo Correia, Viriato Pã e tantos outros anónimos.

Tudo isto explica de forma global a grande cisão que caracteriza a sociedade guineense neste momento. De um lado, a maioria esmagadora da população que sonha com a mudança, e do outro, um punhado de ambiciosos, oportunistas e parasitas, que vivendo à sombra do regime numa total dependência, empreendem uma feroz resistência a qualquer tipo de mudança.

Enfim, é o drama de todo um povo e de todo um País suspenso à espera das primeiras eleições democráticas da sua História.



Bissau: aspecto de um comício do Fórum Democrático

Fotos: Julião Soares Sousa

NOVOS SERVIÇOS AO DISPOR DOS ESTUDANTES

Loja Académica:
-Capas e Batinas
-Pastas Académicas

Papelaria

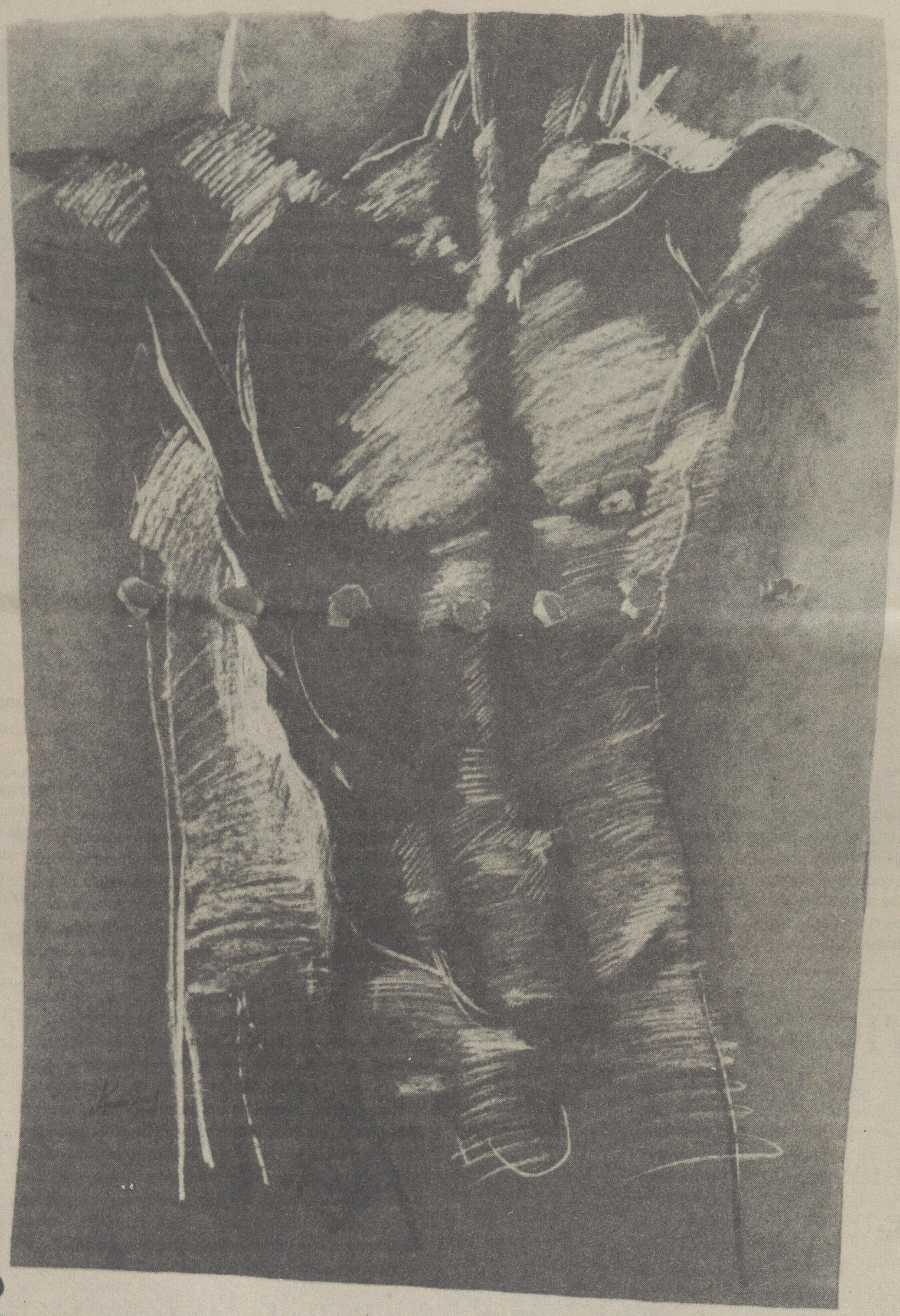
Serviços de Fotocópias

ABRE BREVEMENTE

R. Padre António Vieira, 1
(Edifício da AAC, r/c)

Quando o Estado Viola o Direito à Vida...

CAMPANHA INTERNACIONAL CONTRA A PENA DE MORTE

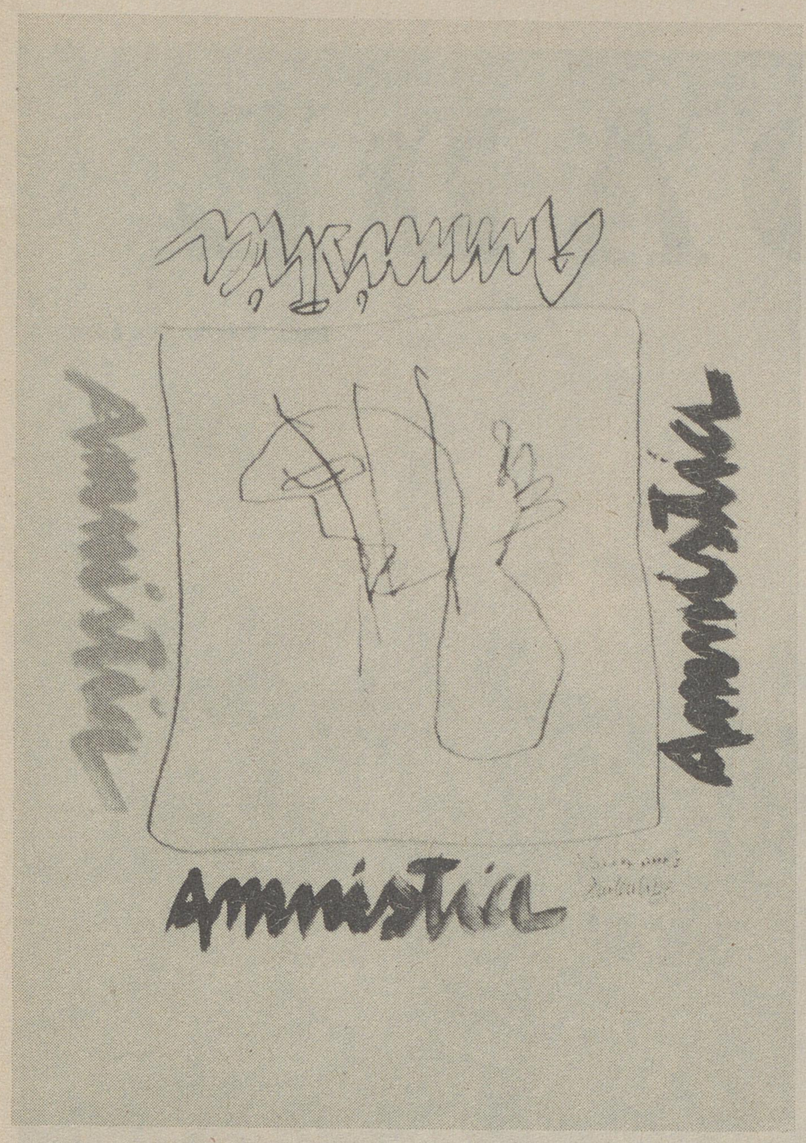


Amnistia Internacional

No mandato da Amnistia Internacional, a questão porventura menos consensual é a da oposição à pena de morte. De facto, entre a defesa da libertação dos prisioneiros de consciência, da rapidez, justiça e imparcialidade dos julgamentos e a oposição à tortura e pena de morte, é este último pilar do trabalho da Amnistia que tende a ser mais questionado pela opinião pública. A confirmá-lo estão, de resto, recentes movimentações sociais no sentido de reintegrar a pena de morte nos códigos penais de países que já a aboliram (como é o caso do Brasil).

A oposição à pena de morte é inquestionável para a Amnistia Internacional. Os fundamentos basilares desta posição remontam à Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela ONU em 1948 que, no artigo 3º, proclama que"todo o ser humano tem direito à vida" e no artigo 5º afirma categoricamente que "nenhum ser humano poderá ser sujeito a castigo, a tortura ou a tratamento cruel, degradante ou desumano". A Amnistia Internacional defende que a pena de morte viola estes direitos.

Nuno Serra
Grupo Local 4, Coimbra



Entre os argumentos que frequentemente se utilizam para defender o recurso à pena de morte como mecanismo punitivo do Estado, ganha especial destaque um pretenso efeito preventivo. Defende-se, desta forma, que a pena de morte é exemplar para a sociedade e, particularmente, para os indivíduos que manifestem uma potencial motivação para infringir códigos legais estabelecidos. Por outro lado, os defensores do recurso à pena de morte pelo Estado apontam ainda o argumento do justo castigo para crimes considerados hediondos e que vão desde o homicídio até ao assalto à mão armada, passando pelo tráfego de droga, adultério ou actos de terrorismo...

A Amnistia Internacional tem procurado reflectir e tomar posição sobre a validade destes argumentos. Assim, perante o suposto efeito preventivo da pena de morte, importa ter em conta os numerosos estudos já realizados que contrariam a pretensa correlação entre a vigência da pena de morte e a diminuição da criminalidade. Por outro lado, não se deverá também ignorar uma questão que este argumento tende a ocultar: os meios não justificam os fins - mesmo nos casos aparentemente mais justificativos (como o homicídio), há uma significativa incoerência "quando se mata para mostrar que matar não é correcto". Tal incoerência é manifestamente mais expressiva quando se recorre a este gélido castigo para punir crimes tidos, culturalmente, como eticamente menos reprováveis.

Relativamente à questão do justo castigo, a Amnistia Internacional defende que o direito à vida é inalienável, não podendo ser submetido à lógica da "balança cega" da justiça. O Estado não é certamente menor infractor deste direito quando "recorre à morte para punir a morte" ou outro crime. Além disso, a questão não pode ser colocada em termos quantitativos (ao estabelecer-se, por exemplo, um número arbitrário de mortes provocadas por um indivíduo a partir do qual se justifica a sua execução).

A vida não é mensurável, quantificável ou sequer "comparável". É, antes de mais, uma realidade admiravelmente única e irrepetível.

Além das posições anteriores, a Amnistia Internacional tem vindo ainda a chamar à atenção para os efeitos perversos da legitimação da pena de morte pelo Estado. Muitas vezes, este mecanismo punitivo é arbitrariamente usado contra minorias raciais, étnicas ou opositores políticos indesejados e chega-se mesmo ao ponto de "servir" para descongestionar prisões! Por outro lado, a pena de morte não discrimina idades, sendo muitas vezes executados indivíduos com menos de 18 anos! O equilíbrio mental dos infractores nem sempre é tido em conta, registando-se inúmeros casos de execução de pessoas cujas perturbações de natureza psicológica permitem compreender a prática do crime.

Dizia o Marquês de Lafayette: "Pedirei a abolição da pena de morte até que me demonstrem a infalibilidade do julgamento humano". Tal pedido levanta ainda a questão da irreversibilidade da pena capital. Até que ponto podem os tribunais avaliar inequivoca e amplamente todas as situações de modo a que o referido castigo possa apresentar indícios de justificação? Quantos inocentes terão sido executados em nome da infalibilidade dos tribunais ou perante a incapacidade financeira dos arguidos para prolongar investigações que permitissem trazer à luz do dia as provas da sua inocência?...

A pena de morte é desumana e degradante. O próprio ritual de preparação dos condenados para a execução é terrivelmente macabro e cruel, ultrajando o limiar mínimo de dignificação da pessoa humana. O Estado, que deve encerrar em si mesmo os princípios mais nobres da sociedade, que deve representar as aspirações mais dignas dos cidadãos, não tem legitimidade para violar o direito à vida. A sua verdadeira autoridade moral conquista-se quando mostra, na prática, que uma justiça mais profunda é a que julga segundo padrões mais elevados, que transcendem a crueldade subjacente a actos que sanciona.

Amai o Próximo e... Espezinhai o Longínquo

Elenco tão envelhecido e, simples quanto baste como o próprio mundo e, que não se iliba de remover sentimentos de perplexidade de inúmeras consciências contemporâneas. Espectro estigmático que teima eternizar-se em todos os filhos dos progenitores vindouros.

Obra de Guyasamim
retirada de postal da Amnistia Internacional

Amai o próximo ou melhor, amai o cive e espezinhai o peregrini, sentimento e ânsia dos homens do tempo e consequência em si de uma razão longa e repleta de obscuridade e traições de vontades inocentes.

Relato acre de uma verdade evidente cometida e conhecida por todo o terráqueo e ignobilmente ignorada por todo o iluminista do mundo.

Fora isto prescrito que com a tombada de Babel, sucederiam milhentas vagas uivantes de fonéticas conhecidas por contemporâneos de todos os tempos?

Tudo isto terá sido planeado? Houve de facto algum plano de toda esta casta de absurdidades em quais os homens se deixam minguar com paixões heréticas e desenfreadas? Em que motivos mais vis e fúteis repetem senão as pisadelas dos dramas bíblicos sob batuta de juízos pecadores.

Poucos são os que o admitem que tenha havido alguma intenção por parte dos deuses celestiais.

Diga o que se disser, a sumptuosa torre de Babel, erguida com atrevimento indisciplinado dos homens errantes, duvidosos e insaciados, ruiu por toda a poeira abaixo deixando um rasto sofrego de linguagens e incontáveis espécies de pigmentação, de homozigóticos, de híbridos e mais, por todo o que é constituinte dos quatro cantos do mundo.

Pigmentação. Sim, a pigmentação dos cives e a dos peregrini.

Palavra carregada de uma realidade vulgar e idêntica a tantas, que se dirige não a outro sítio, senão o de realçar uma contingência incontestavelmente biológica. Palavra polémica e alibi de atitudes e procedimentos hilariantes.

Que o diga todo o terráqueo e todo o iluminista do mundo. Este último em uso dos seus dotes raros e singulares pode explicar através da palavra falada oralmente à volta da luz da vela na Praça da República, eloquente e timbrada, arrebatadora de corações e almas esganiçadas o quanto a insólita e polémica desavinda expressão verga e teima eternizar-se pelos tempos.

O pacato mundano pelas ruelas da baixa cidade centenária que o diga, seja ele cive ou peregrini. Longínqua pigmentação aqui e acolá, como um mísero gato pingado à deriva, arrebatada vezes sem conta por dilúvio tempestuoso do granizo encolérico dos filhos do Homem.

Taciturna e humilde galga os socalcos conimbricenses sob a alçada de testemunhas desassossegadas. Dias, semanas e meses sucedem-se num compasso desfigurado e despercebido. A vida é que vai-se gastando amargamente para um destino incerto sem julgadores e sem apelação.

E se aqueles populares tivessem permanecido unidos à volta dos escombros do que foi a torre de Babel? Porventura falariam até hoje a mesma língua? E a inadiável pigmentação como seria? O que seria dos filhos do Homem? Puras transcendências como se pode depreender, dado que o processo irreversível foi a dispersão de todos e de tudo ao que, se seguiu a consequente confusão de fonéticas!

Mateus Nhabomba

Quem ousa falar de fonéticas, também o pode fazer das diversas espécies de pigmentação mesodérmica, das práticas e costumes, dos valores e tradições. Enfim, de toda uma amálgama imensurável de inquietações e intrigas pela preservação da superioridade oca e esvaziada de razões plausíveis.

Longíqua pigmentação amada e repudiada pelos instintos impaziguáveis dos seus contemporâneos, do fundo da sua alma ocorre-lhe que afinal é tão semelhante aos seus semelhantes inconfessados.

Amai o próximo e , ... espezinhai o longínquo. De facto ainda não é desta vez que a intencionalidade messiânica do pretor peregrini chegou a todos os cives. Afinal ainda há muito por ser feito!?

A MAIORIDADE

Paulo Bandarra e Lavoura

Era uma noite fria, aquela que se fazia sentir em Paris, no dia 28 de Dezembro de 1895. O pequeno público que se amontoava à porta de um tal "Grand Café" ia descendo descontraidamente para a cave. Mal sabiam eles o momento mágico que os esperava. Quando, de repente, se apagaram as luzes... era a primeira sessão pública da história do cinema.

Por incrível que pareça, já lá vão quase 100 anos. Estamos portanto na iminência da comemoração (tão em moda) de mais um centenário. Todavia, é fácil perceber que este centenário assume uma particularidade muito especial em relação aos demais (acreditem mesmo que são demais). Para este "centenário", não serão precisas comissões de honra, fundos estruturais ou centros culturais de qualquer coisa. Apenas aquele prazer único, que assiste ao cidadão comum, que é ir ao cinema regularmente. Apenas uma trivial discussão, entre um grupo de amigos, com opiniões diferentes sobre um determinado filme. Enfim, manifestações "comemorativas" análogas a estas, haveria, concerteza, muitas para enumerar. Contudo, como não é nossa intenção estar aqui para impingir qualquer coisa que seja e, tendo consciência que a corrente que jorra desta fonte inesgotável inunda as sensibilidades de diferentes maneiras, não vamos mais longe (não, também não vamos ficar já por aqui).

Feitas as devidas ressalvas, ficamos portanto remetidos, à nossa, à forma como "A Cabra -Jornal Universitário de Coimbra" vê o fenómeno do cinema e o quer comemorar/vivenciar. Doravante, neste sentido, decidimos criar nestas mesmas páginas um espaço regular exclusivamente dedicado ao cinema.

Para preenchermos este nosso primeiro espaço, a riqueza opulenta do cinema como fenómeno, entre outros, eminentemente cultural (legitimando uma abordagem multifacetada) poderia indicar-nos os mais diversos caminhos. Porém, nesta multiplicidade de caminhos, um impôs-se de forma irresistível. Nada mais do que "A Idade da Inocência", último filme de Martin Scorsese, verdadeira relíquia, com lugar reservado no panteão das obras maiores da 7ª Arte.

Uma das virtudes mais fascinantes desta arte é a sua capacidade incessante de nunca deixar de surpreender. Veja-se, a propósito, a incursão, neste "A Idade da Inocência", pela via do romanesco, via aparentemente pouco explorada por parte do realizador de: "Taxi Driver", "Touro Enraivecido", "Nova Iorque

Fotografias da Revista Premiere

fora de horas", "Cabo do Medo", só para citar os títulos mais significativos.

Corria o ano da graça de 1920, quando Edith Wharton escreveu o romance "A Idade da Inocência", romance que lhe valeu o prestigiado prémio Pulitzer. Diz-se que Martin Scorsese já andava a pensar na adaptação desta obra para o cinema desde meados dos anos 80. Talvez este enfrentasse o mesmo dilema de um personagem dos "Doze contos peregrinos" de Gabriel García Marquez -o Professor de Cinema Cesare Zavattini que, face à pureza original de um argumento, dizia: "É uma pena termos de o filmar". Gabriel García Marquez remata: "Porque pensava que no écran, o argumento perderia muito da sua magia original".

De que fala então o original?

Em traços muito largos, "A Idade da Inocência" é um retrato da alta sociedade nova-iorquina de finais do séc. XIX. Neste romance, de feições autobiográficas, Edith Wharton descreve o complexo "mundo de hieróglifos", em que esta sociedade ritual está codificada. Pintura de uma época, nele se condensam e se estipulam as normas para um comportamento socialmente correcto, fazendo-nos lembrar um autêntico manual de civilidade. É neste complicado tecido social, onde o "bom-gosto" e o "socialmente correcto" se cultivam de forma absoluta, como numa corte renascentista, que Newland Archer se toma de amores pela misteriosamente bela Condessa Olenska e mais, por enquanto, não dizemos.

O que aparentemente, sublinhe-se, aparentemente, noutros filmes, é um elemento menos cuidado, neste, assume contornos de obra-prima. Sim, estamos a referir-nos ao trabalhado genérico, onde sob o véu perverso das rendas (que podiam muito bem significar o peso simultaneamente subtil e esmagador da sociedade), desabrocham bonitas flores, simbolizando o florir da "inocência". Por inacreditável que pareça, a dois minutos de filme, a beleza estética que todo o filme magnificamente transpira está ali. Ali e em muitos outros lugares.

Façamos de conta que estamos a visitar um monumento. Só pelo "portal", pelos vistos, já valeu a pena. O que dizer então do interior. Aquela entrada preambular na ópera, onde o realizador, através de movimentos de câmara vertiginosos, que nos deixam boquiabertos, destaca a grandiosidade de um mundo sem menosprezar a especificidade dos indivíduos que o compõem. O plano-sequência da festa, onde o autor para realçar a sua dimensão socializante, nos introduz numa série de corredores labirínticos que desaguam num "nu", pondo a nu o desejo escondido da transgressão e da rebeldia. A sumptuosidade dos bailes e banquetes, dissecada, pela hábil mão de Scorsese, até ao mais pequeno pormenor, para melhor captar um sinal, uma pose, um comportamento escondido. A beleza pictórica, o espectáculo da cor, que todo o filme emana e que o tornam um verdadeiro regalo para os olhos, como se de um verdadeiro quadro de pintura se tratasse. Enfim, tudo isto e muito mais, proclama o talento virtuosista do realizador, ao nível do domínio absoluto dos materiais cinematográficos, que terá, necessariamente, de ser visto num quadro bem preciso de afirmação e maturidade do cinema americano moderno.

Uma questão legítima, que se tem posto à filmografia de Martin Scorsese e que neste "A Idade da Inocência" assume alguma propriedade (para nós questionável), é que esta, para além das incontestáveis qualidades visuais que apresenta, inspira, noutros planos, uma certa sensação de vazio, de ambiguidade ao nível da explicitação do perfil psicológico das suas personagens. Porque é de "A Idade da Inocência" que estamos a falar, é com "A Idade da Inocência" que vamos responder.

"A Idade da Inocência" é a história, se quiserem chamem-lhe simples, de Newland Archer (Daniel Day-Lewis) um "dandy" da alta sociedade nova-iorquina que se apaixona pela formosa Condessa Olenska (Michelle Pfeiffer -num registo memorável) uma mulher com um "passado". Entretanto, paralelamente a este amor, existe um compromisso entre Newland Archer e May Welland (Winona Ryder), estereótipo perfeito da mulher ideal para a sociedade em questão. Estamos, portanto, perante um triângulo amoroso. Os defensores da vulgaridade/ambiguidade da história, até aqui, poderão ter ainda alguma legitimidade. Só que, felizmente, esta história é isto e muito mais. Porque Scorsese, apesar de enveredar por uma estrutura da narrativa clássica, na linha das convenções literárias do romantismo consegue, através de um exercício manipulador de imagens perfeito, sem deixar de sublinhar o cinematográfico, ultrapassar a ambiguidade (esta vista apenas no sentido da transição do livro para o grande écran) inerente à matriz literária do texto. Consequentemente, tudo isto se repercute numa interpretação do texto muito própria.

Por conseguinte, quando o fleumático Newland Archer, personagem charneira entre a imagem de uma sociedade e o irresistível desejo de a criticar, se apaixona pela Condessa Olenska, mais não está do que a incarnar o "protagonista" que todos gostariam de ser. Lançados os dados, este mesmo "protagonista" trava uma terrível batalha consigo mesmo. Por um lado, está uma mulher que ele admira por ousar desafiar as convenções rigidamente estabelecidas e também, claro está, por ser muito bela (isso todos nós admiramos). Por outro, está a poderosamente encantadora May, que se insinua de forma té-nue, mas também tenaz como o dado adquirido, a estabilidade garantida, "o casamento do ano".

O desfecho deste combate é secundário. Interessa sim, o significado intrínseco dessa luta, que nos faz pensar nos momentos chave de uma vida. Ora, isto remete-nos para a beleza ambivalente do próprio título do filme. Eles ousaram ser inocentes numa época da não inocência. Então porquê o título "A Idade da Inocência"? Porque, simplesmente, eles ousaram ser jovens, ousaram viver a sua "Idade", a idade onde todas as hesitações e inocências são permitidas, vividas. Daí que, passados cinquenta anos, quando Newland Archer se vê confrontado com a possibilidade de rever a mulher que amou e de que abdicou, renegue esse prazer imediato para sentir um prazer muito maior -reviver os tempos gloriosos da sua juventude, rever naquela imagem magnífica da sua amada (que curiosamente se vira) ao pôr-do-sol, a intensidade da sua "Idade".

Sintese perfeita entre classicismo e modernidade, "A Idade da Inocência" é um retrato das vicissitudes da vida, dos seus múltiplos sinais e poses onde, sob um pano de fundo luxuoso e visualmente muito belo, Scorsese nos mostra uma história de amor deslumbrante e grandiosa, feita de coragem, mas também de cobardia, feita de sensatez e inocência, em suma: feita daqueles sentimentos que nos elevam para o mais profundo sentido da nossa existência.

Saber de cinefilia feito? Talvez.

Talento puro e simples, com certeza.

A Queima a Meio Gás

Depois das eleições para a Comissão Central da Queima das Fitas de 1994 (este ano de 6 a 12 de Maio), que se realizaram em Dezembro do ano transacto, no dia 5 de Janeiro, os recém-eleitos quartanistas grelados dividiram entre si os pelouros que constituem a organização daquela que é considerada a maior festa de estudantes do país.

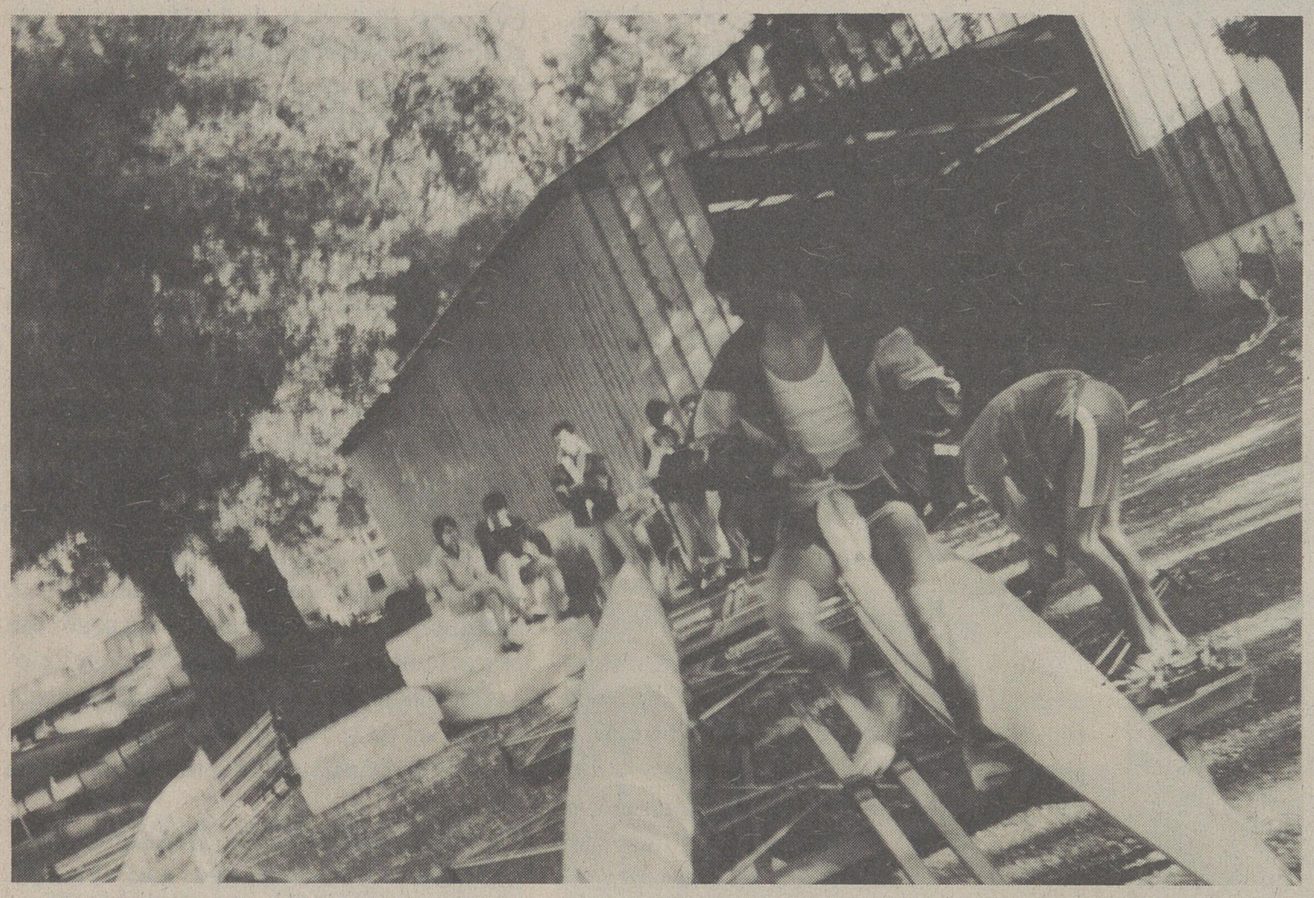
Assim, a presidência foi confiada ao estudante da Faculdade de Medicina, Gustavo Cordeiro Santo, cabendo o cargo de tesoureiro -sublinhando a vocação para lidar com dinheiro-, precisamente a um estudante de Economia -António Silva.

Para os pelouros mais "técnicos" foram designados os restantes comissários das Faculdades -para o Parque (as "Noites do Parque"), Teresa Grilo, da Faculdade de Farmácia; para o baile de gala e chá dançante, Maria José Cabral, de Letras. A vertente cultural desta Queima das Fitas foi confiada a Susana Veloso, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. A Rui Viegas, de Direito, ficou entregue a pasta das actividades desportivas e, por fim, para o aspecto que a "sociedade futrica" mais liga à Queima -o cortejo-, que leva juntamente como bónus a manifestação tauromáquica académica -a tão comummente criticada garraiada-, o escolhido foi Daniel Abreu, da Faculdade de Ciências e Tecnologia .

Dos, em breve, novos fitados/comissários espera-se a realização de um trabalho sério e abnegado que coloque a Academia de Coimbra, de novo, no centro das atenções de todo o país, fazendo-a, de novo, uma festa de cor, alegria e graça juvenil. Para tal se deixa desde já um voto de felicidade.

Paulo Ferreira

Piscina de Sta. Engrácia



Na parte ocidental do Estádio Universitário de Coimbra encontram-se as "ruínas" da Piscina de Santa Clara. Não é de todo exagerado o qualificativo atribuído a estas instalações, que em pouco tempo foram condenadas ao fracasso, já previsível para obras rápidas como estas. A Piscina tem 25 metros de comprimento, é coberta e conta com balneários e instalações auxiliares. Foi construída na década de setenta pela então designada Direcção Geral dos Desportos, visando inicialmente a prática e o ensino da natação, particularmente para as populações daquela margem do Mondego. Breve seria, porém, o seu funcionamento. De facto, logo nos inícios da década de oitenta foi encerrada pela Delegação de Saúde, por motivos relacionados com as notórias deficiências técnicas que o edifício apresentava, bem como com os seus evidentes problemas de raíz, de todo incontornáveis -instabilidade das fundações do tanque, problemas de funcionamento da caldeira de aquecimento e dos meios de tratamento das águas, etc..

Mais do que um edifício votado ao abandono, goraram-se as expectativas de todos os conimbricenses, ruíram os legítimos intentos em matéria de desportos náuticos, que a população da cidade e em especial as suas camadas mais jovens, tão ansiosamente esperava ver realizados. O sonho ruíu, como um castelo que se preferiu fazer de areia. Porque um projecto mais eficiente seria também mais demorado e enfrentar-se-iam os já habituais "bloqueios de verbas". Até à data, nada se fez e a Piscina em questão permanece inactiva, há já mais de uma década.

O sonho ruíu, como um castelo que se preferiu fazer de areia. Porque um projecto mais eficiente seria também mais demorado e enfrentar-se-iam os já habituais "bloqueios de verbas".

Uma das secções da AAC viria a mostrar-se interessada no aproveitamento desse espaço -a Secção de Desportos Náuticos, criada em 1982, que já há alguns anos vem manifestando o desejo de prossecução daquele que é um dos seus objectivos principais- a obtenção de um posto náutico próprio e de instalações adequadas à prática das suas modalidades.

Nesse sentido, logo algum tempo após o encerramento da piscina de Santa Clara, a Secção de Desportos Náuticos da AAC, revelou as suas pretenções à obtenção desse espaço, solicitando a sua cedência à entidade que administra a Piscina -o Estádio Universitário. Esse pedido não chegaria a ser considerado sequer viável pela Direcção do Estádio.

Em 1987, um pedido no mesmo sentido foi feito, desta vez em termos mais objectivos. A Secção indicava agora os seus objectivos -uma remodelação da Piscina, que incluiria a construção de um armazém para as embarcações e um hangar, propondo-se conseguir as verbas necessárias a essas profundas alterações no edifício. Sem êxito.

Novos pedidos foram feitos entre 1991 e 93, tendo o pedido deste último ano sido acompanhado de um projecto que chegaria a ser aprovado pela CMC, mas seria igualmente recusado (ou "retido", nos termos de um dos administradores do Estádio).O projecto de remodelação e aproveitamento da Piscina pela Secção terá mesmo sido orçado, na soma de 5500 contos.

Entretanto, iniciou a sua actividade um Curso de Ciências do Desporto e Educação Física, no passado mês de Outubro, sendo as aulas leccionadas predominantemente no Estádio Universitário. Ao fim de 5 anos que englobam um estágio profissionalizante, é conferido o grau de licenciatura aos recém-formados. Neste seu primeiro ano, funciona com doze docentes e setenta alunos. O curso encontra-se na dependência directa da Reitoria. Os alunos têm as suas aulas repartidas entre o Estádio, como já foi referido, e as Piscinas de Celas; o que vem acentuar a necessidade de estaleiro para a construção de canoas para o curso ministrado no Estádio. O edifício, esse, encontra-se em avançado estado de degradação -vidros partidos, humidade, balneários sem o mínimo de condições requeridas, má conservação dos interiores (que vão ao ponto de levar as aves a escolherem o tecto do edifício para nidificar).

O INDESP, por seu turno, também tem projectos para um futuro próximo, mas que infelizmente não contemplam a participação da Secção de Desportos Náuticos em particular. Daí o impasse que se vai prolongando indefinidamente, enquanto a Secção não tem finalmente um posto náutico, com hangar, armazém e instalações auxiliares, bem como um tanque de remo e uma pista no rio Mondego. Quanto a esta, foi estudada e confirmada a sua viabilidade, sem que se colocassem entraves à navegabilidade.

A Administração do Estádio adiantou já que, no caso de as futuras instalações do INDESP, no Choupalinho, não englobarem um tanque de remo, este poderá integrar o projecto do Estádio. Mas como facilmente se depreende, a sua construção não seria o suficiente para a satisfação das necessidades dos desportistas náuticos.

Justino Strecht

Desportos Náuticos em Coimbra

Apesar das adversidades com que se defronta, é já uma realidade a posição privilegiada que a Secção ocupa, como se comprova facilmente se para tanto referirmos que as selecções nacionais de remo e canoagem treinam nas margens do Choupalinho.

Primeiramente, a vela e o "wind surf" também figuravam no elenco dos desportos a promover pela Secção de Desportos Náuticos, mas o remo e a canoagem acabaram por se assumir como as modalidades privilegiadas, em grande parte devido às condições naturais proporcionadas pelas características deste troço do Mondego, condições essas "óptimas para a prática de quase todos os desportos náuticos", nas palavras do presidente da Secção, Rui Cunha. As condições deveriam ser, por isso, tidas em linha de conta.

Além do mais, a Secção conta já com merecidos troféus internacionais e no seu historial destacam-se algumas vitórias de relevo, em regatas um pouco por todo o País. A Secção dispõe de embarcações para o remo e a canoagem bem como o restante material necessário para a prática destes desportos. Quanto aos seus associados, cerca de duas dezenas de desportistas praticam remo ao nível da alta competição, sendo idêntico o número de atletas na modalidade de canoagem. Há ainda aproximadamente três dezenas de desportistas que praticam os desportos náuticos como "hobby".

Augusto Cabrita

Para este ano, ficará a cargo deste órgão da AAC a organização de um Torneio de Canoagem de Pista Inter-Associativo, assim como a promoção do Campeonato Nacional de Velocidade, em remo, para os escalões mais novos. É de referir o contributo desta Secção na divulgação do desporto entre os jovens, tendo já sido preparado um protocolo com três escolas secundárias locais, a fim de que os jovens estudantes possam travar conhecimento com desportos menos conhecidos. Cumpre ainda destacar do vasto plano de actividades previsto para este ano a organização do Primeiro Troféu Ibérico de Pista de Canoagem, a realizar nos dias 18 e 19 de Junho. Isto, se a Secção contar com os Apoios da Câmara local e da Região de Turismo do Centro, pois de outra forma o local de realização da prova poderá ser em Placência, na vizinha Espanha. Finalmente, aluda-se à participação dos atletas de Coimbra na descida do Sella, a disputar a 6 de Agosto.

A consecussão de um centro nacional de estágio a par da obtenção de uma pista para remo e canoagem estão na mira da Direcção desta Secção. Seria realmente benéfico, tendo em conta que mais verbas seriam canalizadas para Coimbra e os melhores técnicos desportivos viriam para cá.

A obtenção de uma piscina também se contava entre as ambições desta Secção mas tais ensejos ainda não se concretizaram até à data (ver artigo na página anterior). No entanto, a Secção tem lutado noutra frente, desta feita junto da Câmara Municipal de Coimbra. A Autarquia prevê um projecto de estudo e aproveitamento das margens do Rio Mondego e a Secção de Desportos Náuticos já se mostrou interessada na participação da elaboração do referido plano, podendo dessa forma assegurar as suas pretensões. Por isso, a Secção já contactou com o Gabinete de Engenharia a quem o projecto foi adjudicado, coordenado pelo Professor Caldeira Cabral. Com isso, pensa a Secção "puxar a brasa à sua sardinha" e conseguir que, desta vez, os desportos náuticos não sejam esquecidos...

Com apoios que, aliás, lhe são devidos, a Secção de Desportos Náuticos poderia ascender a um lugar cimeiro no âmbito dos clubes de desportos aquáticos, mesmo ao nível nacional.

Por tudo isto, a Secção de Desportos Náuticos assume-se como um organismo activo, empenhado e sobretudo entre os seus associados verifica-se uma notável força de vontade no progresso deste ramo dos desportos, que seriam pela certa úteis à satisfação das necessidades físicas, psicológicas e de lazer das gentes desta Cidade e dos estudantes que por ela passam. Porém, é corrente esses desportos serem relegados para um plano secundário, à semelhança do que acontece com tantos outros que não usufruem do estatuto de desporto-rei. Talvez por isso, se verifique tamanha carência de apoios.

Quanto à situação actual da Secção, as suas actividades estão dependentes do Instituto do Desporto (INDESP), que gere o seu local de treinos , no Choupalinho, algumas centenas de metros a montante da Ponte de Santa Clara, na margem sul.

São desmotivantes as condições da prática de desportos náuticos em Coimbra e só com uma grande dose de boa vontade e empenho essas modalidades não se extinguem e, ao inverso, dignificam a Academia, como aconteceu aquando da participação nas Universíadas (EUA), expoente máximo do desporto universitário de índole competitiva ou na altura da vitória do título da FADU.

É lamentável toda esta situação de estagnação, que se vai arrastando já há alguns anos e acima de tudo que a Secção não possa dispôr de um espaço seu, onde pudesse levar a cabo livremente e nas devidas condições as suas iniciativas. É pena que os obstáculos ao desenvolvimento desportivo sejam, neste caso como em tantos outros, de ordem material.

O tempo urge e as necessidades dos desportistas náuticos crescem; como crescem também as legítimas aspirações da população de Coimbra em finalmente ter acesso a estes desportos.

É imprescindível a colaboração das entidades interessadas para a resolução tão breve quanto possível desta problemática. Instalações e meios adequados é tudo quanto é pedido. Muito melhor poderia ser feito. Coimbra seria dignificada. A cidade só teria a ganhar.

Texto: Justino Strecht
Foto: Augusto Cabrita

Estórias da Cabrochinha

Janeiro. Coimbra ainda é a capital do teatro. E de muitas outras coisas sem interesse. O país está dividido. Não, não se trata da divisão entre Coimbra e o resto do povo da nação. O país divide-se desde o anúncio dos dois acontecimentos políticos do ano, "situados num plano não partidário, que não pretende fazer qualquer tipo de concorrência aos partidos existentes" (nota1), mas que não deixarão, concerteza, de ter reflexos no ordenamento político-partidário nacional do futuro. O primeiro deles (num plano meramente pragmático e não cronológico ou hierárquico) é um obscuro congresso "Portugal, que passado?", anunciado por sua excelência, o Primeiro Ministro e vagamente referido pelo abrilhantado Alberto João Jardim (cfr. Artur Albarran, TVI, 20/1/94). O programa não está ainda definido, mas crê-se que dele fazem parte "Lisboa, Capital da Cultura", a "Expo 98" e ainda a última cláusula do Tratado de Tordesilhas. Contudo, não há, de momento, qualquer ligação oficial entre estes acontecimentos e o congresso em questão, além do facto de todos fazerem parte da nossa gloriosa História.

A "Esquerda", sentindo-se posta de parte e com medo do impacto político dos congressos do poder alaranjado, decidiu lançar, pela mão do belenense Gomes Motta, o seu próprio congresso -o "Congresso Portugal, que futuro?". Este, ao contrário do anterior, já tem programa oficial definido, onde se incluem numerosos temas de reflexão. Além disso, a organização "solicitará oportunamente o alto patrocínio de Sua Excelência, o Presidente da República".

Tanto frenesim epistemológico não deixará de produzir resultados. Aliás, já se verificaram os primeiros.

Se no PSD não havia dúvidas sobre o próximo candidato presidencial, desde o dia em que o PM percebeu que o PR manda mais do que parece, a Esquerda, por seu lado, tem ainda que encontrar alguém presidenciável entre as centenas de auto-propostos candidatos a candidatos que existem na nossa terra. O "Congresso" serviu, pelo menos, para limitar grandemente este número (para apenas três, tanto quanto sabemos).

De qualquer forma, a abertura de uma vaga em Belém implica o virtual desemprego do actual nº1. Do congresso, pode surgir ainda uma outra consequência: o PREC (nota 2). Recorde-se que da última vez que o Palácio de Belém mudou de dono, surgiu o PRD. Os ex-PR's têm destas coisas. A viabilidade desta consequência dependerá, em larga medida, do grau de adesão da outra esquerda (a não convertida) ao Congresso do Futuro. Em Maio (ou Junho, quem sabe), saberemos.

Entretanto, em Coimbra, os caloiros votaram maioritariamente a favor do boicote ao pagamento das propinas do ano 92/93, referendado pela DG/AAC. 2218 estudantes não pagaram e continuam alunos da UC. Isto significa que houve cerca de 6000 "convertidos". O PREC cresce assustadoramente.

Finalmente, alguns conselhos práticos aos leitores destas estórias, já consideradas lixo editorial (afirmação, aliás, não desprovida de sentido).

Se encontrarem objectos não identificados nos vossos pratos, de cor escura e textura ligeiramente diferente do restante conteúdo dos ditos cujos, não se assustem: são apenas baratas, com a sua situação sanitária regularizada, não constituindo por isso, qualquer perigo para a saúde.

Um outro conselho, apenas destinado aos homens de Coimbra. Não saiam de casa à noite. Se tiverem absoluta necessidade, façam-no em bandos (grandes, de preferência). Nas primeiras semanas de Janeiro, foram violados 3 (três) homens (**homens**) na cidade. Se não encontrarem gente suficiente para formar um bando e, mesmo assim, insistirem em sair, corram se virem aproximar-se um automóvel de forma suspeita.

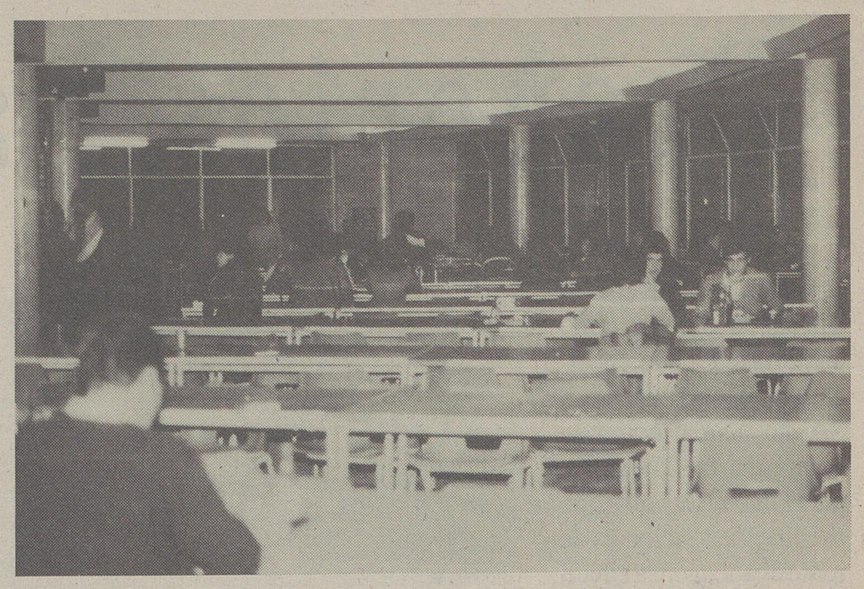
Aufwiedersehn, **meine lieben Freundinnen.**

Gabriel Loureiro

NOTAS

(1) Desdobrável do Congresso "Portugal: que futuro?", p.6.

(2) Porque uma nota nunca vem só, aqui fica esta segunda nota. PREC significa Partido Renovador da Esquerda Convertida (sabe-se lá a quê...)



Cantinas em Pratos Limpos

A qualidade da comida nas cantinas e a higiene na confecção dos alimentos vai ter uma fiscalização redobrada assim que entrar em vigor o protocolo assinado no fim do mês entre a Associação Académica, os Serviços de Acção Social da Universidade e a Associação Portuguesa do Direito de Consumo. O acordo prevê a participação dos estudantes numa Comissão de Avaliação das Cantinas que de tempos a tempos vai desenvolver acções de fiscalização e inspecção à qualidade da comida praticada na Universidade. Esta medida tende essencialmente a instituir um selo de garantia e classificar as cantinas numa escala de qualidade. Segundo Jorge Correia, responsável na DG/AAC pelo pelouro da Acção Social, este acordo entre estas instituições arrasta consigo uma vertente pedagógica. "O protocolo agora assinado vem estimular os funcionários a melhorar as condições de qualidade e higiene não só das refeições, mas de toda a cadeia alimentar. Desde as câmaras frigoríficas até à refeição final" . O equilíbrio nutricional das refeições é outro dos aspectos que as partes envolvidas no processo fazem questão de sublinhar, muito embora ninguém refira as limitações do orçamento das cantinas. Os estudantes são, com isto, os mais directamente afectados. Quase toda a gente se queixa da pouca variedade das refeições e quando se fala de cantinas fala-se de arroz, batatas fritas e da salada de todos os dias. A dietista dos Serviços Sociais directamente responsável pela elaboração das ementas diárias não se importa de apontar o dedo ao culpado desta situação -o dinheiro ou a falta dele. "É difícil conjugar o equilíbrio alimentar com o dinheiro que se tem. Mesmo assim há que saber conciliar isto todos os dias do mês, variando o mais possível. E já há muita variedade. De carnes e de peixes. Só que às vezes os estudantes também não gostam de nada." A este comentário, o Gonçalo, estudante do 3º ano de Direito, responde com a boca cheia de críticas. Num destes dias, o almoço na cantina das Químicas deu-lhe a volta ao estômago, quando encontrou uma barata cozida debaixo de uma folha de couve. De pronto, levantou-se e foi queixar-se ao funcionário que desculpabilizou a situação -"há infiltrações de baratas nos canos e por isso é muito natural que uma vez por outra caiam para a comida". O caso já chegou aos ouvidos da DG/AAC e o processo de averiguação está em curso.

Carlos Picassinos

ELEIÇÕES NA FACULDADE DE DIREITO

Após cinco dias de intensa campanha por parte das quatro listas concorrentes aos orgãos de gestão da Faculdade de Direito (listaA; listaC; listaH; listaP), realizaram-se no dia 19 de Janeiro as eleições.

Assim, para a Assembleia de Representantes a lista A obteve 201 votos, a Lista C 318, a Lista H, 131 e a lista P 89.

Para o Conselho Pedagógico, a Lista A teve 203 votos, a Lista C 327, a Lista H 140 e a Lista P 79. Depois de aplicado o método de Hondt, para a Assembleia de Representantes, os mandatos ficaram assim distribuídos: 14 lugares para a Lista C, 8 para a Lista A, 5 para a Lista H e 3 para a Lista P. No Conselho Pedagógico, ficaram dois elementos da Lista C, um da A e um da H.

Rui Mendes